

Gastos com educação no período de 1994 a 1999*

Ivan Castro de Almeida

Palavras-chave: custos da educação; indicadores educacionais; custo-aluno; financiamento da educação.

Resumo

Os indicadores de gasto com educação apresentam alguns desafios que são a obtenção do total consolidado das três esferas de governo, a elaboração de uma série histórica e a possibilidade de poder comparar os resultados com outros países. O trabalho apresenta resultados de uma série histórica de gasto público com educação desde 1994 a 1999, por nível de ensino e por dependência administrativa, produzidos de modo a tratar os dados de financiamento e gasto público com educação a partir de uma metodologia desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) para a produção do gasto social brasileiro, para fazer frente àqueles desafios. A seguir, são apresentados os principais indicadores comparados entre regiões brasileiras e entre países da América do Sul e com países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com isso, pretende-se mostrar um caminho possível para o tratamento de informações relativas a financiamento e gasto público com educação utilizando-se dos balanços gerais de Estados e municípios e do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal.

Introdução

A formulação de políticas adequadas na área da educação pública por aqueles que tomam as decisões de implementá-las depende, em parte, do conhecimento do gasto realizado, seu tamanho, medido como porcentual do PIB, e as prioridades estabelecidas, podendo ser medidas por meio do gasto por aluno, pois é esse valor que mostra o investimento unitário empreendido pelo governo em cada nível de ensino. A análise histórica para o período 1994 a 1999 aponta para um aumento considerável do gasto com educação no ensino fundamental, principalmente na esfera municipal, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef), por meio da lei implementada em 1998, e que teve como objetivo garantir recursos para o ensino fundamental, e uma

melhora na redistribuição dos recursos alocados para a educação em cada unidade da Federação (UF) de forma mais equitativa (correspondendo, na prática, a 15% das receitas líquidas dos Estados e municípios). A inovação desse fundo foi estabelecer um critério institucional para a sua partilha, proporcionalmente ao número de alunos de cada uma das redes estaduais e municipais, dentro de cada UF (Brasil, 2003). Apesar de esse fundo ser apenas de natureza contábil, ele favorece o aumento dos gastos municipais com educação tanto em termos absolutos como unitariamente. Outra política importante para se analisar o gasto com educação é a da fixação por meio do governo federal de um teto mínimo, definido anualmente, para o gasto por aluno. Caso esse valor não seja atingido por alguma esfera de governo, faz-se a complementação, que, ao final, compensa por disparidades na distribuição dos recursos.

* A produção e o tratamento das informações de gasto com educação foram feitos com a colaboração de Maria Alice da Cunha Fernandes, Margareth Pessoa e Maruska Pereira de Almeida.

Entre o período 1997 e 1999, o gasto realizado nas redes municipais aumentou, em termos nominais, 45%, e, em termos reais (ajustados pelo IPCA anual), 31%. Em contrapartida, nas redes estaduais houve um crescimento nominal de 17%, 5% em termos reais, no mesmo período. Ressalte-se que essas políticas, por terem caráter redistributivo, não alteram de forma significativa o total do gasto com educação em relação ao PIB, nunca acima de 4,3% do PIB, exclusive, pagamentos de inativos e pensionistas.

Com este trabalho, pretende-se mostrar as principais mudanças ocorridas no Brasil na segunda metade da década de 90, analisando os seus resultados por região e UF. Além disso, apresentar-se-á um conjunto de tabelas que possibilitam a sua comparatividade ao longo do tempo, no período de 1994 a 1999, e que contribuem na discussão acerca do padrão de gasto realizado pelo governo, incluindo as três esferas de governo, no sistema educacional público brasileiro.

Os levantamentos de gastos com educação

Dados referentes ao financiamento da educação pelos Estados e pela União eram levantados por técnicos do antigo Serviço de Estatística de Educação e Cultura (Seec) – atual Coordenação-Geral de Estatísticas Especiais, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) –, a partir dos balanços publicados no *Diário Oficial*. A coleta de dados sobre os recursos gastos pelos municípios no financiamento da educação vinha sendo efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 1991. A partir dessa data, o IBGE passou essa atividade para o MEC. Tentou-se efetuar a coleta por meio de mala direta, porém o retorno não chegou a 50%.

Em janeiro de 1995, o Seec preparou um caderno intitulado *Educação no Brasil* apresentando um compacto de dados. Os últimos dados sobre alunos e docentes datavam de 1993, entretanto os dados sobre o financiamento da educação eram de 1988-1990, inclusive dados orçamentários do próprio Ministério da Educação (MEC), como a distribuição de recursos à educação. O último estudo do MEC sobre custo

médio por aluno/ano era de 1988 (publicado em 1988, com dados de 1986). A falta de dados atualizados envolvendo o financiamento da educação ilustra o fato de que não havia interesse, anteriormente, por parte do MEC em dados sobre despesas e custos da educação.

A partir de 1997, o Inep buscou estabelecer parcerias com o Ipea e com o IBGE do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MOG), para a produção de informações que permitissem o cálculo de indicadores para fins de orientar formadores de política educacional e permitir comparações com indicadores internacionais, recebendo ajuda técnica e financeira da OCDE e apoio do Banco Mundial para esse projeto. Dessa parceria, foi produzida a série histórica de 1994-1999, com a participação do Instituto de Estudos de Políticas Econômicas e Sociais (Iepes), que produziu uma série histórica de gasto público social para esse período (Fernandes, 2001).

A base de dados utilizada para o levantamento das despesas do governo federal é o próprio sistema de lançamentos contábeis e acompanhamento financeiro (Siafi) e de elaboração e acompanhamento da execução orçamentária (Sidor), por apresentar registros em nível desagregado por projetos e atividades de governo, permitindo que suas informações sejam reagrupadas adequadamente e eliminadas despesas cuja classificação não se conformam com a definição metodológica das ações de educação (gastos com hospitais universitários é um exemplo típico). Essa metodologia foi primeiramente trabalhada pelo grupo da Disoc/Ipea, com o intuito de estimar o gasto público social (Abrahão; Fernandes, 1999).

Para os governos estaduais, as informações provieram do Departamento de Contas Nacionais (Decna) do IBGE, que faz a coleta diretamente nos balanços analíticos anuais de todos os Estados da Federação. O mesmo Decna/IBGE fornece os dados de uma amostra composta pelos municípios das capitais e de outros pertencentes a dez regiões metropolitanas, num total de 186 (177 em 1994, e 186 de 1996 em diante) governos locais, os quais congregam mais de 40% da população do País. No período 1994-1996, a esses municípios foram acrescentados 93 outros, constantes de pesquisa direta efetuada pelo Ipea, por intermédio de sua Diretoria de Estudos Sociais (Disoc), em dez Estados. A partir dessa amostra, faz-se a expansão dos gastos com educação para o universo dos municípios brasileiros.

As informações das contas de governos estaduais e municipais não chegam ao nível de detalhamento do governo federal e, embora se consiga identificar as despesas por níveis de ensino, deve-se aceitar como correta a classificação feita nos registros contábeis daquelas esferas de governo, sabendo-se, porém, que a classificação da despesa por funções e programas não é seguida ou interpretada de maneira uniforme por Estados e municípios. Examinando as contas dos Estados para esse período, nota-se que alguns deles começam a registrar, dentro de subprogramas genéricos de administração, despesas específicas de manutenção ou expansão do ensino fundamental e médio. Embora tais registros não modifiquem os resultados totais da área, podem levar a distorções na análise das despesas por nível de ensino. Para o ano de 1999, os dados de gastos municipais foram estimados a partir da base Finbra da STN e, com as informações das receitas dos municípios para o ano de 1999, em seguida, inferir o montante destinado à educação, combinando-se com o total de gasto na função educação disponível na base. A distribuição dos gastos seguiu o padrão de gasto dos municípios para o ano de 1998.

A expansão dos dados da amostra de municípios foi feita pelo método de regressão linear, obedecendo, em linhas gerais, aos seguintes critérios (Fernandes, 2001):

- Os municípios das capitais, por terem uma estrutura de gastos diferenciada dos demais, não entram no cálculo do coeficiente (gastos em relação ao número de alunos matriculados na rede municipal); entretanto, todos os demais municípios pesquisados, por UF, são, a princípio, estudados, eliminando-se, em etapa posterior, aqueles considerados *outliers*, para que o coeficiente reflita, da melhor maneira possível, o comportamento de despesas do conjunto dos municípios restantes;

- Para cada Estado da Federação (exceto nas Regiões Norte e Centro-Oeste, onde a maior parte dos municípios estudados é constituída pelas capitais das unidades da Federação, ou outros de grande ou médio porte), foi construído um "espelho" das despesas efetuadas, constituído pela soma dos municípios diretamente pesquisados, exceto aqueles considerados *outliers*, que reflete a forma como os municípios distribuem os seus gastos na área de educação,

entre despesas com pessoal, outras despesas correntes, investimentos e outras despesas de capital; e

- Os coeficientes calculados para cada Estado são multiplicados pelo total de matrículas na rede própria de ensino dos municípios restantes, e a despesa distribuída de acordo com o comportamento observado no seu respectivo "espelho".

Para efeito da consolidação dos gastos dos três níveis de governo, foram considerados dois critérios:

- De origem dos recursos, no qual se identifica a esfera de governo que financia o dispêndio, o que significa incluir as transferências voluntárias de recursos para os outros níveis governamentais na esfera onde se originou o gasto; e

- De responsabilidade pelo gasto, que registra todas as despesas executadas por esfera, seja com recursos oriundos da própria esfera de governo, seja com numerário transferido por outros níveis governamentais.

Uma vez que as bases utilizadas para os gastos da União, Estados e municípios englobam dados da administração direta e indireta, foram eliminadas as transferências intragovernamentais, que traduzem o fluxo de recursos entre a administração central e seus órgãos autárquicos, para anular a dupla contagem de dispêndios ou de ingressos.

Na área de atuação social, Educação e Cultura é dividida em subgrupos que se relacionam com os principais programas de educação e/ou níveis de ensino, como constam dos registros da contabilidade pública, baseado na classificação funcional-programática definida pela Lei nº 4.320/64 (Machado Júnior, Reis, 1991):

... educação de crianças de 0 a 6 anos, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação física e desporto, ensino supletivo e educação de jovens e adultos; educação especial, assistência a educandos, patrimônio artístico e difusão cultural, manutenção de atividades administrativas.

Partindo do estudo feito pelo Ipea/Disoc, os gastos com educação efetuados pelo setor público foram compilados de modo compatível às metodologias adotadas pelos organismos internacionais como o Instituto de Estatísticas da Unesco (UIS/Unesco) e a OCDE, que difere da adotada por aquele órgão, principalmente, nos seguintes aspectos:

- A área de educação não inclui gastos com cultura ou com educação física e desporto, que fazem parte do levantamento da Disoc/Ipea para a área de atuação social; e

- Para comparabilidade internacional com educação, são contabilizadas parcelas não remuneratórias pagas a pessoal ("não-salário", auxílios transporte e alimentação, entre outros benefícios a servidores, denominados pela metodologia internacional de *fringe benefits*), enquanto pela metodologia Disoc/Ipea estes gastos são considerados em uma área social própria, intitulada Benefícios a Servidores.¹

Para adaptar as informações aos conceitos da OCDE e do Bird, foram promovidas as seguintes apropriações das contas governamentais:

- Os subgrupos Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Supletivo, Educação Especial e Manutenção de Atividades Administrativas foram fundidos num único título denominado Ensino Fundamental e Médio, nas três esferas de governo;

- No subgrupo Assistência a Educandos do governo federal, foram identificadas as despesas referentes à "educação fundamental e média" e "educação superior". Nos governos estaduais, foram essas despesas rateadas proporcionalmente entre "ensino fundamental e médio" e "educação superior"; nas contas dos governos municipais, os dispêndios foram totalmente agregados ao "ensino fundamental e médio"; e

- Do título "educação superior" constam todas as ações governamentais de manutenção de cursos de graduação e pós-graduação, inclusive pesquisas sob responsabilidade das instituições de ensino superior; contém, também, o rateio do subgrupo Assistência a Educandos, nos governos estaduais, mas exclui gasto com hospitais universitários, que devem ser considerados como gasto com saúde.

Além desses procedimentos, foi necessário alocar em cada um dos três novos grupos resultantes as despesas com *fringe benefits* ou "não-salário" pagos a pessoal da área de educação. Para o que foram obedecidos os seguintes critérios:

- No governo federal recorreu-se à pesquisa direta na base de dados, levantando-se todos os benefícios pagos a servidores do Ministério da Educação, por UF; e

- Nas contas estaduais e municipais, foram cotejados os totais de despesas de pessoal com as do pessoal da área de educação, construindo-se um coeficiente da participação deste sobre aquele; em seguida, os coeficientes foram aplicados aos valores totais de pagamentos de salário-família e de obrigações patronais feitos por cada uma daquelas esferas governamentais.

Esse critério justifica-se tendo em vista que, para a educação básica, o sistema, tanto de pagamento de pessoal como de atendimento ao aluno é integrado, isto é, serve a todos os níveis de ensino da educação básica, independentemente da modalidade e do nível considerado. Este procedimento é adotado pela maioria dos países para a alocação dessas despesas, pois, como no Brasil, a separação dessas despesas não é possível diretamente dos dados de contas públicas. Segundo Milla (1998), ao tratar da experiência da participação da Espanha no projeto de indicadores da OCDE, que anualmente é resumido no anuário *Education at a glance* (OECD, 2002), existem algumas dificuldades para distribuir certos tipos de gastos, como, por exemplo, o de pagamento de pessoal e da educação, benefícios a servidores e, isto é feito por meio de estimativas, de uma porcentagem do total que, em princípio, a administração pública deve destinar a esses benefícios. Essas dificuldades já tinham sido apontadas anteriormente por Barro, ao realizar um estudo sobre as informações de financiamento e gastos com educação no âmbito dos países-membros da OCDE (Barro, 1998). Por isso, a OCDE passou a concentrar esforços no sentido de melhorar a qualidade da informação e conseqüentemente a sua comparabilidade. A estratégia adotada para superar essas dificuldades pela OCDE foi o lançamento do projeto Indicators of Education Systems (Ines), com o objetivo não somente de obter dados de educação para a produção de indicadores educacionais comparáveis entre os países-membros, mas também, de auxiliar os participantes do projeto a desenvolver as capacidades necessárias para a produção da informação. O resultado dessa iniciativa culminou com a primeira publicação *Education at a glance*, em 1991 (Barro, 1998).

A regionalização das despesas do governo federal é feita para permitir a consolidação

¹ Para as definições metodológicas, ver "WEI Specific Data Collection Manual", May 2003. Unesco-UIS OECD Publication.

no âmbito subnacional e a produção dos indicadores por UF, seguindo o conceito de realização da despesa, reflete melhor os recursos alocados em cada um dos sistemas educacionais, e, portanto, possibilitando o cálculo do indicador gasto por aluno.

A categorização dos dados de financiamento e gastos públicos com educação seguem as normas e preceitos constitucionais, tendo como fonte básica a Lei Federal nº 4.320/64 e as diversas atualizações ao longo dos anos. Os conceitos utilizados na apropriação de gastos sociais são a seguir explicitados, para facilitar a análise dos dados, e evitar interpretações ou comparações equivocadas:

- a quantificação dos dados segue o conceito de origem dos recursos, isto é, estão computadas todas as despesas diretas necessárias à prestação dos serviços (pessoal – exceto encargos sociais, outros custeios, benefícios pagos a pessoas ou unidades familiares, investimentos e outras despesas de capital), bem como as transferências de recursos a outras esferas de governo e a entidades privadas e multigovernamentais;

- foram agregadas, sob o título Nacional, aquelas despesas para as quais não se pôde encontrar uma destinação por UF ou mesmo por grande região, bem como as feitas por transferências de numerário para o exterior; sob a rubrica da correspondente região, quando a regionalização do gasto era possível, mas não a sua "estadualização";

- as despesas com pessoal referem-se exclusivamente à remuneração de pessoal ativo, isto é, vencimentos e vantagens fixas e despesas variáveis, pessoal temporário, pagamentos de sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores e indenizações e restituições referentes a pagamentos de pessoal ativo; e

- dispêndios com salário-família, obrigações patronais, outros benefícios e auxílios de natureza previdenciária ou assistencial pagos a servidores, bem como encargos com auxílio-creche, auxílio-refeição ou alimentação, auxílio-transporte ou vale-transporte, contribuição para o Pasesp, foram considerados em separado, numa área de atuação social específica, intitulada Benefícios a Servidores Públicos.

A organização do sistema educacional brasileiro é descentralizada com os Estados e municípios, sendo os principais

responsáveis pela oferta e gerenciamento da educação básica, enquanto o governo federal é responsável pela organização da educação superior e, além de oferecer e gerenciar, majoritariamente, o sistema educacional público.

Dessa maneira, a organização das escolas por "grupos" de níveis de ensino reflete na forma de apropriação do gasto público em educação. Como consequência, as despesas tendem a ser contabilizadas a partir da sua natureza, e identificadas, a seguir, pelo programa e subprogramas correspondentes. Se a uma dada despesa corresponder, simultaneamente, a mais de um programa ou subprograma educacional, não refletirá totalmente o gasto da sua categoria. Exemplificando, a despesa com o pagamento de um docente refere-se a seu salário mais benefícios – quando examinada a sua natureza –, mas pode ser identificada como um gasto em qualquer nível de ensino a que este docente esteja vinculado (podendo ser vinculado a mais de um nível de ensino). Do ponto de vista contábil, podem ocorrer duas formas de apropriação desse tipo de despesa: o gasto com o docente pode ser apropriado em algum nível a que o docente esteja vinculado; ou em programa genérico de administração do sistema, caso ele atue em mais de um nível de ensino.

Para superar esse tipo de dificuldade e apresentar os dados de forma a que os indicadores educacionais reflitam o mais coerentemente possível a realidade educacional, o Inep tem adotado uma estratégia de distribuir os gastos da educação básica, para cada tipo de sistema educacional (estadual e municipal), de acordo com pesos definidos a partir do tamanho do sistema (combinação dos respectivos pesos nos níveis de ensino, do número de docentes, número de turmas e total de alunos matriculados). Seguindo essa metodologia, coloca-se em uma única conta o gasto com pessoal, sem qualquer associação com o tipo de programa, excetuando-se os de ensino do terceiro grau. A partir desse total, redistribui-se o gasto pelos diversos níveis de ensino da educação básica (educação infantil, ensino fundamental – inclusive educação de jovens e adultos) e ensino médio (inclusive educação de jovens e adultos).

A partir do ano de 1997, o Ipea deixou de fazer a consolidação das três esferas de governo, passando a cuidar apenas das informações do governo federal, distribuindo-as por Estado da Federação nos anos de 1997

e 1998. Por essa razão, assumiu o Inep/MEC a responsabilidade de alocar por Estados as despesas da União no ano de 1999 e de consolidar os gastos das três esferas de governo para o período em referência.

As fontes de informação são as mesmas que as do período anterior (1994-1996) e a alocação das despesas de Estados e municípios foi tratada por processo de crítica dos dados levantados pelo IBGE/Decna, que permitiu uma melhor alocação de gastos pelos diferentes níveis de educação (infantil, fundamental, superior, etc.). A expansão da amostra para o universo dos municípios brasileiros seguiu a mesma metodologia explicitada anteriormente, apenas com a ampliação da amostra de municípios.

Os gastos com educação formam agregados pela sua finalidade e não pela sua apropriação setorial para ser compatível com a metodologia internacional adotada pela Unesco e OCDE. Dados, muitas vezes considerados pela contabilidade pública como setoriais da educação, são excluídos desse trabalho. Esse trabalho foi iniciado em 1995 pela equipe do Departamento de Política Social do Ipea. O critério adotado para a apropriação do gasto em que se consideram os gastos diretos de cada esfera de governo foi independente da fonte de financiamento. Nos gastos diretos não são incluídos aqueles correspondentes a pagamentos de inativos e pensionistas. As apropriações dos gastos federais e estaduais são censitárias, enquanto os gastos municipais foram estimados por meio de uma amostra representativa por UF de 248 municípios, segundo o seu perfil socioeconômico e demográfico e sua estrutura de gasto social. Nelas são incluídas obrigatoriamente todas as despesas realizadas pelas capitais dos Estados e pelas metrópoles locais, valores esses correspondentes a mais de 50% do total dos gastos municipais. Além disso, somente as transferências líquidas intergovernamentais são incluídas no processo de apropriação, mas quando calculadas pela realização da despesa, e, portanto, pela ótica do gasto, são excluídas do total, para evitar a dupla contagem. Por isso, na metodologia internacional, decidiu-se não incluir gastos com o aparelho do Estado que dá suporte à educação e com os gastos com hospitais universitários, exceto aqueles correspondentes aos gastos educacionais.

Há, também, dados que, tradicionalmente, não são apropriados como gasto com

educação. Neles incluem-se os gastos com obrigações patronais e benefícios aos servidores, aqui excluídos os gastos com inativos e pensionistas, que possuem rubrica própria. Além desses, incluem-se os gastos com bolsas de estudo, merenda escolar e gastos com pesquisas que estão adjuntos aos programas acadêmicos das universidades.

Ressalte-se que os enfoques internacionais partem da lógica de avaliar os *gastos* e não os *custos*, apesar de que tratado de maneira adequada, pode-se inferir acerca do seu *custo*. Assim, internacionalmente, o que se busca avaliar é o total de gasto no sistema educacional. Os gastos por nível de ensino para a educação básica são estimados, tendo em vista que as esferas de governo apropriam o gasto em uma única rubrica de programa educacional, não levando em conta a infra-estrutura, e os docentes que lecionam em mais de um nível de ensino. Assim, os gastos por nível de ensino são valores estatísticos e não-contábeis, pois eles são agregados no seu total por natureza do seu gasto e redistribuído pelos níveis de ensino, proporcionalmente ao tamanho de cada sistema educacional (quanto ao número de docentes, quanto ao número de turmas e quanto ao número de alunos). A razão, para isso, é que a contabilização dos balanços dos governos não é feita *pro rata*.

Avaliação dos gastos com educação no período 1994-1999

O gasto, como porcentagem do PIB, apresenta dois patamares para o período: abaixo de 4% até 1997 e, em 1998 e 1999, em torno de 4,2% do PIB. Este nível de gasto parece refletir o total da destinação legal para o setor educacional (Abrahão, Sadeck, 2002).

Municípios, em que o setor público federal ainda é responsável por uma parcela significativa das despesas nos Estados e/ou recebem verbas do governo federal para programas específicos (e.g. Fundescola), tendem a refletir um percentual de gasto com educação em relação ao PIB mais alto do que o esperado, já que esse gasto não se reflete no PIB estadual. Isto ocorre nos Estados do AC, AP, TO, MA, PI, RN, PB, AL e SE.

Nota-se que, para as Regiões Norte e Nordeste, o crescimento do gasto em relação ao PIB é mais significativo que nas Regiões Sul e Sudeste, nesse período.

Tabela 1 – Variação percentual do gasto com educação em relação ao PIB

Região	1994	1999	Var (%)
Brasil	3,8	4,3	14,4
Norte	4,5	6,8	51,9
Nordeste	5,2	7,4	41,3
Sudeste	3,2	3,4	7,6
Sul	3,5	3,6	4,9
Centro-Oeste	4,3	5,5	27,9

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Semelhante resultado obtém-se para o gasto por aluno. Mas, como veremos adiante, como referencial internacional, o gasto por aluno é muito abaixo da maioria dos países,

apesar de o gasto como porcentual do PIB estar nos níveis dos demais países em desenvolvimento (Tabela 16).

Tabela 2 – Variação percentual do gasto por aluno do ensino fundamental – Preços correntes

Região	1994	1999	Var (%)
Brasil	295	691	134,2
Norte	192	569	196,4
Nordeste	164	507	209,1
Sudeste	362	826	128,2
Sul	359	802	123,4
Centro-Oeste	266	839	215,4

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Comparando, em termos reais, isto é, em preços de 1999, ajustados pelo IPCA

anual, calculado pelo IBGE, tem-se um crescimento bem mais modesto.

Tabela 3 – Variação percentual do gasto por aluno do ensino fundamental – Preços de 1999

Região	1994	1999	Var (%)
Brasil	459	691	50,5
Norte	299	569	90,5
Nordeste	255	507	98,7
Sudeste	563	826	46,6
Sul	559	802	43,6
Centro-Oeste	414	839	102,7

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Nota: Usaram-se os índices anuais do IPCA para ajustar a preços de 1999. Dados publicados pelo IBGE (variação de 55,6% - 94/99).

Analisando esses indicadores e comparando os anos de 1998 e 1999, tem-se um quadro bastante diferente, pois os dados

mostram uma estabilização do gasto com educação, isto é, a sua tendência ao não-crescimento real (Tabela 4).

Tabela 4 – Variação percentual do gasto com educação em relação ao PIB

Região	1998	1999	Var (%)
Brasil	4,2	4,3	1,4
Norte	6,8	6,8	-
Nordeste	7,1	7,4	4,2
Sudeste	3,4	3,4	0,6
Sul	3,5	3,6	3,1
Centro-Oeste	5,1	5,5	7,0

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Isto pode ser visto melhor por meio do gasto por aluno no ensino fundamental, em que o crescimento em valores correntes (Tabela 5) em nível nacional é de 3,4% reais, há um decréscimo no gasto por aluno para o ensino fundamental de acordo com os dados apresentados na Tabela 6.

Tabela 5 – Variação percentual do gasto por aluno do ensino fundamental – Preços correntes

Região	1998	1999	Var (%)
Brasil	668	691	3,4
Norte	564	569	0,9
Nordeste	465	507	9,0
Sudeste	800	826	3,3
Sul	750	802	6,9
Centro-Oeste	839	839	-

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Tabela 6 – Variação percentual do gasto por aluno do ensino fundamental – Preços de 1999

Região	1998	1999	Var (%)
Brasil	675	691	2,3
Norte	570	569	- 0,2
Nordeste	470	507	7,9
Sudeste	809	826	2,1
Sul	758	802	5,8
Centro-Oeste	848	839	- 1,1

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Nota: Usaram-se os índices anuais do IPCA para ajustar a preços de 1999.

Dados publicados pelo IBGE (variação de 1,089% - 98/99).

O gasto público no ensino fundamental tem aumentado substantivamente nas redes públicas municipais e diminuído nas redes estaduais (Tabelas 7 e 8).

**Tabela 7 – Variação percentual do gasto estadual com educação
(Em R\$ Mil de 1999)**

Região	1998	1999	Var (%)
Brasil	18.619.131	18.456.238,0	- 0,9
Norte	1.421.480	1.373.006,0	- 3,4
Nordeste	3.275.306	3.371.162,0	2,9
Sudeste	9.234.942	9.198.073,0	- 0,4
Sul	2.829.279	2.768.848,0	- 2,1
Centro-Oeste	1.858.124	1.745.149,0	- 6,1

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Nota: Usaram-se os índices anuais do IPCA para ajustar a preços de 1999.

Dados publicados pelo IBGE (variação de 1,089% - 98/99).

**Tabela 8 – Variação percentual do gasto municipal com educação
(Em R\$ Mil de 1999)**

Região	1998	1999	Var (%)
Brasil	18.418.480,0	16.108.374,0	- 12,5
Norte	1.406.161,0	1.109.551,0	- 21,1
Nordeste	3.240.009,0	4.304.371,0	32,9
Sudeste	9.135.421,0	6.843.118,0	- 25,1
Sul	2.798.789,0	1.870.240,0	- 33,2
Centro-Oeste	1.838.100,0	650.641,0	- 64,6

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Nota: Usaram-se os índices anuais do IPCA para ajustar a preços de 1999.

Dados publicados pelo IBGE (variação de 1,089% - 98/99).

Pode-se alegar que isso foi consequência da municipalização do ensino, o que é parcialmente verdade, mas, mesmo assim, quando se compara o gasto por aluno entre as redes de ensino vê-se que, o sistema estadual é maior nas Regiões Norte e Nordeste

do que as municipais, mas muito pouco acima, e significativamente menor nas Regiões Sudeste e Sul. Nacionalmente, o gasto por aluno das redes municipais foi 15% (Tabela 9) maior que o gasto por aluno das redes estaduais.

Tabela 9 – Gasto por aluno no ensino fundamental – 1999

Região	Estadual	Municipal	Var (%)
Brasil	622	718	15,4
Norte	553	548	- 0,9
Nordeste	520	464	- 10,7
Sudeste	663	1.044	57,5
Sul	635	986	55,3
Centro-Oeste	759	835	9,9

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Observa-se que isto foi uma tendência de 1998 a 1999, como mostram as tabelas, medidas

em preços correntes e em preços de 1999 (Tabelas 10 e 11), ajustados pelo IPCA anual.

Tabela 10 – Gasto por aluno no ensino fundamental (inclui todas as modalidades de ensino) – Em R\$ correntes

Região	1999		1998	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Brasil	622	718	629	663
Norte	553	548	572	528
Nordeste	520	464	501	416
Sudeste	663	1.044	662	1.034
Sul	635	986	665	836
Centro-Oeste	759	835	817	676

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Tabela 11 – Gasto por aluno no ensino fundamental (inclui todas as modalidades de ensino) – Em R\$ de 1999

Região	1999		1998	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Brasil	622	718	634	731
Norte	553	548	564	558
Nordeste	520	464	530	473
Sudeste	663	1.044	676	1.064
Sul	635	986	647	1.004
Centro-Oeste	759	835	774	851

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

IPCA Anual – Dados publicados pelo IBGE (variação de 1,089% - 98/99).

A matrícula no ensino médio tem, nos últimos anos, crescido muito mais que no ensino fundamental. No período 1997-1999, enquanto o crescimento da matrícula nas redes estaduais e municipais do ensino fundamental regular foi de 7,3%, nas mesmas

redes e período, a matrícula do ensino médio regular cresce 28,3%, como se pode ver na Tabela 12.

Com o gasto por aluno não acompanhando esse crescimento de matrícula (Tabela 13).

Tabela 12 – Matrícula nas redes estaduais e municipais – 1997-1999

Região	Fundamental	Médio
1999	32.753.824	6.423.162
1997	30.535.072	5.006.714
Var 97-99 (%)	7,3	28,3

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 13 – Variação percentual do gasto por aluno do ensino médio – Preços correntes

Região	1997	1999	Var (%)
Brasil	670	643	(4,0)
Norte	550	543	(1,3)
Nordeste	552	529	(4,2)
Sudeste	726	679	(6,5)
Sul	630	622	(1,3)
Centro-Oeste	798	811	1,6

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Na educação superior, o gasto por aluno é determinado por uma combinação de três fatores essenciais: tipo de instituição, pesquisa e esfera de governo. Desta maneira, o gasto por aluno, passa a ter três padrões distintos.

O mais alto, acima de R\$ 10 mil, como nos casos de SP, RS, RJ e DF, em que a educação superior é quase que exclusivamente, oferecida em grandes universidades, em que o gasto com pesquisa é um fator relevante, para a determinação do total do gasto.

Há algumas exceções, como o caso do RN, em que o gasto por aluno para os anos de 1997-1998 é aproximadamente R\$ 14 mil. Isto se deve ao fato de que, neste período, o gasto com sentenças trabalhistas, após decisões judiciais na UFRN, leva a um superdimensionamento desse gasto.

O gasto por aluno intermediário, entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil por aluno, é, normalmente, conseqüência de uma combinação de gasto com universidades federais e estaduais, e com algumas faculdades municipais isoladas. Estes são os casos, por exemplo, de RO, AM, PA, MA, CE, PB, PE, SE, BA, MG, ES, PR e MT.

O gasto por aluno abaixo de R\$ 5 mil. Pode ser de natureza distinta. Nos Estados do Norte, mais precisamente, nos casos de RR, AP e TO, apesar de serem exclusivamente gastos de universidade federal, provavelmente, quase não possuem gastos com pesquisa e com um limitado programa de pós-graduação. Goiás (R\$ 4.400 por aluno em 1997-1998 e R\$ 5.200 em 1999) possui uma rede de faculdades isoladas estaduais e municipais, representando cerca de 20% do total da matrícula. Santa Catarina (R\$ 2.500 por aluno em 1998 e R\$ 4.400 em 1999), em particular, tem uma rede municipal e estadual, mas principalmente municipal, de universidades e faculdades isoladas – 29.656 alunos matriculados de um total de 50.106 alunos de graduação das instituições públicas para o ano de 1999 – representando mais de 50% do total da matrícula da educação superior do setor público no Estado. Como esses programas são intensivos em programas de graduação, os gastos por aluno tendem a ser baixos.

Independentemente dessas características, vê-se que no período mais recente, o gasto corrente por aluno do setor público nesse nível de ensino tem-se estabilizado e, em termos reais, tende à queda (Tabelas 14 e 15).

Tabela 14 – Variação percentual do gasto por aluno do superior – Preços correntes

Região	1998	1999	Var (%)
Brasil	9.789	9.756	- 0,3
Norte	6.039	6.404	6,0
Nordeste	7.549	6.661	- 11,8
Sudeste	12.874	12.295	- 4,5
Sul	6.216	7.804	25,5
Centro-Oeste	8.654	9.193	6,2

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Tabela 15 – Variação percentual do gasto por aluno do ensino superior – Preços de 1999

Região	1998	1999	Var (%)
Brasil	9.896	9.756	- 1,4
Norte	6.105	6.404	4,9
Nordeste	7.631	6.661	- 12,7
Sudeste	13.014	12.295	- 5,5
Sul	6.284	7.804	24,2
Centro-Oeste	8.748	9.193	5,1

Fonte: Disoc/Ipea, Decna/IBGE, Inep/MEC.

Nota: Usaram-se os índices anuais do IPCA para ajustar a preços de 1999.

Dados publicados pelo IBGE (variação de 1,089% - 98/99).

A comparação internacional

Desde 1973 a OCDE tem desenvolvido com seus membros esforços em produzir indicadores comparáveis, mas essa iniciativa não resultou em dados concretos (Bottani, Tuijnman, 1994). Essas iniciativas foram retomadas em 1987, culminando com a publicação da

primeira edição da *Education at a glance* em 1991 (Barro, 1998). Esta publicação tem sido atualizada anualmente, com melhorias tanto na cobertura dos dados como na qualidade das informações (Almeida, 2001). Para o ano de 1999, tem-se o seguinte resultado comparativo (Tabela 16) entre diversos países (OECD, 2002):

Tabela 16 – Gasto público com educação – 1998-1999

Gasto público 1998/1999		Gasto/Aluno	
Ajustado para R\$ pela PPP	(%) PIB	Fundamental	Superior
Austrália	5,0	4.178	10.084
Japão	3,5	4.506	8.839
México	4,4	943	4.119
Coréia do Sul	4,1	2.441	4.606
Portugal	5,7	2.991	4.130
Estados Unidos	5,2	5.661	16.529
Média OCDE	5,2	3.637	9.823
Argentina	4,5	1.401	4.821
Brasil	4,3	691	9.756
Chile	4,2	1.463	5.493
Paraguai	4,8	754	4.700

Fonte: *Education at a glance* 2002, OECD.

Os dados mostram que, com exceção do Japão, os gastos públicos nos países desenvolvidos estão na faixa de 5% a 6% do PIB, enquanto nos países em desenvolvimento esse patamar está na faixa de 4% a 5% do PIB. Ressalte-se que, apesar de os esforços de todos os setores públicos serem compatíveis com os seus níveis de desenvolvimento, quando se analisam os resultados nos níveis de ensino, a disparidade é muito grande. Isso é refletido na diversidade do gasto por aluno. Para os outros países, foi considerado "ensino fundamental" os seis anos da educação básica, de acordo com a metodologia internacional – ISCED 97 (OECD, 1997), denominado de *primary education*. Ressalte-se que o Japão apresenta um gasto total relativamente baixo, mas mantém a qualidade com um gasto por aluno, nesse nível de ensino, acima da média da OCDE. No caso brasileiro, ocorre o contrário. Brasil, Coréia do Sul, Argentina e Chile apresentam gastos totais semelhantes, o mesmo não se pode dizer quando se avalia o gasto por aluno para esse nível de ensino. No caso brasileiro, menor que todos eles.

Quanto ao nível superior, o gasto brasileiro segue a média da OCDE, apesar de os outros países apresentarem como nível superior os programas terciários tanto universitários com não-universitários (ou de curta duração). Este último tende a ter um gasto por aluno muito menor devido à natureza do programa. Por exemplo, na Austrália, o gasto por aluno em programas terciários universitários foi de 7.998 dólares, PP, ou ajustado ao real para R\$ 6.879. Enquanto os programas terciários universitários apresentaram um gasto por aluno de 12.588 dólares, em reais, R\$ 10.825. No Chile, a relação gasto por aluno nos programas universitários e do gasto por aluno nos programas não-universitários (ou de curta duração) foi de 2,16 (R\$ 6.580 para universitário e, R\$ 3.049 para não-universitário).

Comentários finais

Os dados acima demonstram que, por um lado, houve um grande esforço no Brasil de garantir um gasto por educação compatível com o seu nível de desenvolvimento, e

de redistribuição mais equitativa dos recursos medida pelo gasto com educação como percentual do PIB (7,33% na Região Norte e, 3,39% na Região Sudeste), mas, por outro lado, apresenta um resultado individual, isto é, por aluno, muito aquém do que se espera para um ensino de qualidade, como se pode ver na Tabela 16. Os números também evidenciam que nessa reorganização da distribuição dos recursos, há uma tendência à municipalização do sistema, enquanto que os Estados têm progressivamente diminuído a sua participação relativa no gasto com a educação básica, principalmente, no

ensino fundamental. Essa redução reflete-se não somente no total dos gastos (o que seria natural acontecer, devido ao processo de municipalização do ensino fundamental), mas também no gasto por aluno.

Talvez o maior desafio seja o de encontrar mecanismos que, mesmo com a capacidade limitada de expansão do gasto com educação, possam elevar o gasto por aluno na educação básica, e produzir a melhoria da qualidade do aprendizado que, afinal, é o que qualquer governo deve almejar como resultado da oferta dos serviços públicos educacionais para a população.

Referências bibliográficas

- ABRAHÃO, J.; FERNANDES, M. A. *Sistema de Informações sobre os Gastos Públicos da Área de Educação – SIGPE: Diagnóstico para 1995*. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, n. 674).
- ABRAHÃO, J.; SADECK, F. *Capacidade de financiamento público ao gasto em educação no Brasil – estimativa para as três esferas de governo para o ano 2000*. Brasília: Ipea, 2002. (Texto para Discussão em preparação).
- ALMEIDA, I. C. A comparação internacional de indicadores de financiamento e gasto com educação. *Em Aberto*, v. 18, n. 74, dez. 2001.
- BARRO, S. *The prospects for developing internationally comparable education finance statistics for Latin American Countries: A Preliminary Assessment*. The World Bank, Sept. 1998. (LCSHD Paper Series).
- BOTTANI, N.; TUIJNMAN, A. International Education Indicators: framework, development and Interpretation. In: MAKING Education Count: developing and using international indicators. OECD Publications, Sept. 1994.
- BOTTANI, N. Os indicadores educacionais da OCDE: propósitos, limites e processos de produção. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL. *Anais...* Brasília: Inep, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Fundef – Relatório Sintético 1998 – 2002*. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: www.mec.gov.br
- FERNANDES, M. Alice. *Gasto público social, 1994 a 1998 – consolidação das três esferas de governo*. Publicação Iepes. Disponível em: www.iespesbsb.gov.br Acessado em agosto de 2001.
- MACHADO JÚNIOR, J. T.; REIS, H. C. *A Lei 4.320 Comentada*. 24. ed. IBAM, 1991.
- MILLA, J. I. Sistema de indicadores de la OCDE y cuestionários UOE aplicación de los indicadores de la OCDE: caso España. In: INDICADORES Educativos Comparados en el Mercosur. Chile: Unesco/Preal/Mineduc, Ago. 1998.
- OECD. *Classifying educational programmes: manual for ISCED – 97 Implementation in OECD Countries*. OECD Publications, Nov. 1997.
- OECD. *Education at a glance: 2002 OECD Indicators*. OECD Publications, 2002.

Ivan Castro de Almeida é especialista em políticas públicas e gestão governamental do governo federal e professor da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), tendo participado da elaboração do projeto e dos indicadores educacionais do Mercosul Educacional e das reuniões técnicas dos projetos da Unesco/OCDE, Secab e Cúpula das Américas desde 1997.

ivan@inep.gov.br

Abstract

Providing a consistent time series of finance education indicators for all three levels of government - Federal, State and Local - and making it internationally comparable represents a great challenge, due to the need of dealing with the information in a way that makes it possible to provide a collection of data for the whole government. This work presents a time series from 1994 to 1999 for all three levels of government based on a methodology originally developed by the Institute for Research of Applied Economics (Ipea) to generate indicators on Social Expenditure, in order to face those challenges. Afterwards, it presents most of the results compared among Brazilian regions and with South America as well as with OECD Countries. The goal is to present an alternative in dealing with the finance data in Brazil based on State and Local Balance Sheet Accounts and based on the Integrated Finance Management System for the Federal Government (Siafi).

Keywords: education; expenditure on education; education indicators; expenditure on public education per student; education finance.

Anexo

Tabela 1 – Gasto público médio com educação por aluno – 1994

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Brasil	370	292	295	314	4.233
Região Norte	239	157	192	215	3.582
Rondônia	176	147	153	180	2.210
Acre	471	343	352	412	6.251
Amazonas	254	145	210	201	4.126
Roraima	358	461	306	239	1.306
Pará	223	136	164	190	4.062
Amapá	322	332	312	268	1.332
Tocantins	200	156	194	276	468
Região Nordeste	207	129	164	219	2.963
Maranhão	157	89	125	238	3.011
Piauí	200	131	164	218	2.833
Ceará	222	148	181	253	2.994
Rio Grande do Norte	274	157	182	209	4.012
Paraíba	257	124	174	267	3.004
Pernambuco	174	111	120	141	2.743
Alagoas	212	125	159	254	2.532
Sergipe	269	199	236	249	2.959
Bahia	201	128	178	232	2.841
Região Sudeste	440	555	362	318	4.155
Minas Gerais	345	298	278	279	4.901
Espírito Santo	428	472	361	306	4.374
Rio de Janeiro	602	309	416	384	6.746
São Paulo	448	817	399	317	2.250
Região Sul	437	422	359	312	3.139
Paraná	387	408	335	262	2.176
Santa Catarina	438	468	347	367	2.413
Rio Grande do Sul	492	375	392	351	5.635

Tabela 1 – Gasto público médio com educação por aluno – 1994

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Região Centro-Oeste	353	241	266	329	4.649
Mato Grosso do Sul	338	274	266	344	4.457
Mato Grosso	299	229	213	143	4.959
Goiás	170	109	133	198	2.074
Distrito Federal	942	748	720	728	8.878

Fonte: IPEA/DISOC; IBGE/MP; Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Tabela 2 – Gasto público médio com educação por aluno – 1995

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Educação Superior
			Fundamental	Médio	
Brasil	661	638	518	565	7.254
Região Norte	438	318	349	393	6.625
Rondônia	372	284	318	457	4.433
Acre	872	637	659	744	10.711
Amazonas	512	408	385	366	9.935
Roraima	717	786	609	424	6.205
Pará	350	212	255	316	6.567
Amapá	568	567	558	410	2.161
Tocantins	470	480	461	548	324
Região Nordeste	413	304	334	410	5.304
Maranhão	307	190	241	383	6.285
Piauí	432	320	365	473	4.941
Ceará	440	320	399	553	3.466
Rio Grande do Norte	592	385	396	405	8.619
Paraíba	495	276	299	388	6.606
Pernambuco	417	356	325	329	4.670
Alagoas	495	339	386	495	8.233
Sergipe	564	428	500	556	5.580
Bahia	347	301	304	385	3.957
Região Sudeste	814	1.146	653	654	7.433
Minas Gerais	770	716	651	640	8.565
Espírito Santo	662	775	579	470	5.430
Rio de Janeiro	992	705	665	743	11.492
São Paulo	794	1.565	655	650	4.578
Região Sul	757	759	598	501	5.796
Paraná	690	641	557	478	4.982
Santa Catarina	765	959	612	570	2.967

Tabela 2 – Gasto público médio com educação por aluno – 1995

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Educação Superior
			Fundamental	Médio	
Região Sul	757	759	598	501	5.796
Rio Grande do Sul	813	610	622	476	11.793
Região Centro-Oeste	683	512	556	621	6.707
Mato Grosso do Sul	637	576	522	595	7.262
Mato Grosso	821	688	681	781	6.899
Goiás	406	386	346	358	3.480
Distrito Federal	1.259	646	965	978	11.248

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Tabela 3 – Gasto público médio com educação por aluno – 1996

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Educação Superior
			Fundamental	Médio	
Brasil	714	725	577	627	6.686
Região Norte	460	407	393	432	4.598
Rondônia	435	411	391	442	3.921
Acre	862	728	705	731	9.110
Amazonas	605	541	530	594	3.976
Roraima	676	791	569	414	4.257
Pará	381	323	310	348	5.156
Amapá	447	457	431	328	2.299
Tocantins	369	414	343	347	2.288
Região Nordeste	414	318	327	394	5.717
Maranhão	249	153	192	306	6.043
Piauí	413	290	340	470	5.080
Ceará	404	334	317	337	5.341
Rio Grande do Norte	605	383	388	432	9.853
Paraíba	498	319	316	391	5.847
Pernambuco	387	327	299	325	4.604
Alagoas	460	357	367	481	6.467
Sergipe	589	450	662	570	6.018
Bahia	418	373	360	447	5.176
Região Sudeste	890	1.248	732	753	6.575
Minas Gerais	809	875	694	640	8.252
Espírito Santo	645	820	567	455	4.954
Rio de Janeiro	1.091	875	797	1.161	8.334
São Paulo	892	1.586	749	721	4.936
Região Sul	854	866	725	559	5.293
Paraná	784	723	670	539	5.147
Santa Catarina	761	1.003	633	510	2.603

Tabela 3 – Gasto público médio com educação por aluno – 1996

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Educação Superior
			Fundamental	Médio	
Região Sul	854	866	725	559	5.293
Rio Grande do Sul	995	839	842	615	9.944
Região Centro-Oeste	838	808	716	743	6.582
Mato Grosso do Sul	753	744	652	719	6.444
Mato Grosso	860	741	713	656	8.174
Goiás	504	612	444	414	3.406
Distrito Federal	1.701	1.723	1.460	1.415	9.980

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Tabela 4 – Gasto público médio com educação por aluno – 1997

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Educação Superior
			Fundamental	Médio	
Brasil	742	733	542	670	9.399
Região Norte	516	509	423	550	5.690
Rondônia	578	560	522	626	4.316
Acre	923	755	730	884	9.636
Amazonas	634	669	519	736	5.968
Roraima	995	1.049	871	1.049	3.767
Pará	402	407	305	374	6.222
Amapá	673	695	650	611	2.996
Tocantins	428	509	384	489	2.406
Região Nordeste	474	393	351	552	6.982
Maranhão	407	324	319	546	8.040
Piauí	437	345	361	566	4.817
Ceará	462	323	361	543	6.649
Rio Grande do Norte	757	369	381	646	14.288
Paraíba	595	454	354	731	6.995
Pernambuco	477	450	376	557	3.917
Alagoas	520	396	350	1.058	9.423
Sergipe	567	475	463	844	5.872
Bahia	407	438	322	395	6.939
Região Sudeste	946	1.181	689	726	12.193
Minas Gerais	821	852	683	743	8.362
Espírito Santo	633	699	522	615	5.900
Rio de Janeiro	1.020	644	580	996	12.627
São Paulo	1.018	1.542	742	668	14.619
Região Sul	787	624	612	630	5.992
Paraná	790	566	603	594	6.808
Santa Catarina	636	625	481	677	2.604

Tabela 4 – Gasto público médio com educação por aluno – 1997

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Médio	Educação Superior
			Fundamental			
Região Sul	787	624	612		630	5.992
Rio Grande do Sul	880	685	699		648	10.343
Região Centro-Oeste	799	698	638		798	7.502
Mato Grosso do Sul	658	553	479		547	10.001
Mato Grosso	776	604	615		895	6.208
Goiás	477	570	383		486	4.422
Distrito Federal	1.778	1.696	1.493		1.473	11.928

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Tabela 5 – Gasto público médio com educação por aluno – 1998

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Educação Superior
			Fundamental	Médio	
Brasil	852	877	668	701	9.789
Região Norte	649	622	564	639	6.039
Rondônia	660	581	598	617	6.086
Acre	1.096	983	959	1.019	8.234
Amazonas	714	678	608	762	6.552
Roraima	1.140	1.123	1.032	1.109	3.906
Pará	564	548	477	504	6.855
Amapá	726	748	701	666	2.947
Tocantins	554	542	524	581	2.170
Região Nordeste	584	516	465	597	7.549
Maranhão	482	427	401	505	8.900
Piauí	550	433	450	600	6.177
Ceará	588	467	493	631	6.017
Rio Grande do Norte	962	465	659	918	14.451
Paraíba	678	565	439	696	7.976
Pernambuco	569	524	449	553	5.752
Alagoas	599	537	479	949	6.997
Sergipe	629	559	529	760	6.967
Bahia	535	637	450	488	7.642
Região Sudeste	1.031	1.263	800	732	12.874
Minas Gerais	875	792	747	760	8.631
Espírito Santo	957	841	865	915	6.770
Rio de Janeiro	1.325	985	877	1.088	15.646
São Paulo	1.029	1.539	800	625	14.320
Região Sul	908	764	750	689	6.216
Paraná	928	719	768	697	7.108
Santa Catarina	749	752	617	684	2.576

Tabela 5 – Gasto público médio com educação por aluno – 1998

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Médio	Educação Superior
			Fundamental			
Região Sul	908	764	750		689	6.216
Rio Grande do Sul	985	828	809		682	11.691
Região Centro-Oeste	992	813	839		850	8.654
Mato Grosso do Sul	882	703	733		754	8.482
Mato Grosso	818	650	678		763	7.016
Goiás	520	604	442		432	4.434
Distrito Federal	2.531	2.153	2.228		1.760	17.177

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Tabela 6 – Gasto público médio com educação por aluno – 1999

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Educação Superior
			Fundamental	Médio	
Brasil	879	924	691	643	9.756
Região Norte	653	632	569	543	6.404
Rondônia	758	702	701	625	6.834
Acre	1.126	1.067	973	728	11.169
Amazonas	734	731	634	616	6.858
Roraima	1.094	1.094	1.046	778	3.590
Pará	520	483	432	429	7.246
Amapá	826	950	794	708	3.253
Tocantins	637	721	610	512	2.578
Região Nordeste	616	560	507	529	6.661
Maranhão	493	454	435	512	5.602
Piauí	648	545	563	644	4.293
Ceará	593	498	502	581	5.479
Rio Grande do Norte	914	631	740	784	8.025
Paraíba	697	546	470	456	7.587
Pernambuco	595	575	476	466	5.487
Alagoas	664	514	465	472	13.021
Sergipe	741	688	663	673	5.504
Bahia	581	653	498	479	7.609
Região Sudeste	1.061	1.269	826	679	12.295
Minas Gerais	882	790	742	653	9.371
Espírito Santo	893	1.293	791	487	7.524
Rio de Janeiro	1.345	1.199	930	761	14.491
São Paulo	1.079	1.442	842	684	12.981
Região Sul	979	950	802	622	7.804
Paraná	924	797	734	658	7.464
Santa Catarina	821	992	662	531	4.413

Tabela 6 – Gasto público médio com educação por aluno – 1999

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino		Educação Superior
			Fundamental	Médio	
Região Sul	979	950	802	622	7.804
Rio Grande do Sul	1.141	1.106	958	622	12.270
Região Centro-Oeste	1.014	902	839	811	9.193
Mato Grosso do Sul	1.054	932	854	841	10.488
Mato Grosso	1.028	840	900	861	7.208
Goiás	633	776	563	427	5.212
Distrito Federal	1.914	1.533	1.475	1.440	14.940

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Tabela 7 – Gasto público médio com educação por aluno por nível de dependência administrativa – 1999

(Continua)

	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Educação Superior	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Federal	Estadual
Brasil	729	949	622	718	2.240	609	11.992	8.566
Região Norte	685	615	553	548	1.577	516	7.020	4.246
Rondônia	786	639	672	706	4.065	606	6.830	-
Acre	913	1.463	786	1.364	3.604	707	11.166	-
Amazonas	757	729	616	613	928	604	7.650	3.337
Roraima	1.013	1.351	935	1.457	1.495	745	3.590	-
Pará	469	489	386	432	1.616	393	7.203	7.447
Amapá	1.024	882	777	826	-	698	3.251	-
Tocantins	571	804	485	783	3.664	488	-	2.480
Região Nordeste	698	546	520	464	1.828	494	9.050	3.739
Maranhão	667	426	544	375	1.227	536	6.493	3.661
Piauí	767	470	702	435	1.116	624	7.609	1.439
Ceará	685	496	597	435	3.291	551	10.037	2.284
Rio Grande do Norte	1.004	598	849	552	1.362	779	10.236	1.977
Paraíba	512	556	416	451	2.612	401	9.653	2.653
Pernambuco	532	578	409	484	1.735	409	7.494	5.865
Alagoas	497	515	377	441	1.096	377	15.866	3.224
Sergipe	872	610	690	558	1.671	638	5.454	-
Bahia	546	658	439	512	2.500	431	9.313	6.126
Região Sudeste	819	1.284	663	1.044	1.906	650	13.644	13.228
Minas Gerais	686	795	666	814	1.215	635	12.166	1.429
Espírito Santo	570	1.321	468	1.169	1.694	425	8.138	33.020
Rio de Janeiro	883	1.270	690	1.029	2.242	682	13.111	19.311
São Paulo	1.576	1.442	673	1.233	3.296	664	32.132	14.180
Região Sul	684	1.011	635	986	1.364	603	11.152	7.009
Paraná	814	797	668	801	690	656	10.382	10.382
Santa Catarina	560	1.083	466	894	2.057	490	9.945	8.922

Tabela 7 – Gasto público médio por aluno com educação por nível de dependência administrativa – 1999

(Conclusão)

	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Educação Superior	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Federal	Estadual
Região Sul	684	1.011	635	986	1.364	603	11.152	7.009
Rio Grande do Sul	729	1.362	706	1.248	1.664	592	11.996	-
Região Centro-Oeste	837	935	759	835	4.864	740	11.724	2.292
Mato Grosso do Sul	948	930	813	883	3.689	821	12.146	3.637
Mato Grosso	982	830	892	830	2.363	819	9.072	3.285
Goiás	410	994	369	815	2.194	382	8.827	1.403
Distrito Federal	1.536	-	1.268	-	15.323	1.251	14.940	-

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Tabela 8 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1994 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Brasil	13.554.768	1.270.384	8.142.956	1.262.814	2.878.614
Federal	3.314.980	2.054	811.371	171.941	2.329.615
Estadual	6.461.175	297.725	4.657.442	1.004.940	501.069
Municipal	3.778.612	970.605	2.674.143	85.934	47.929
Região Norte	794.033	71.178	486.654	60.488	175.714
Federal	192.989	38.497	33.265	5.536	154.189
Estadual	449.018	32.681	334.567	54.430	21.525
Municipal	152.026		118.822	522	
Rondônia	55.678	4.046	40.086	4.314	7.231
Federal	9.244		1.742	271	7.231
Estadual	32.186	2.594	25.615	3.978	
Municipal	14.248	1.453	12.729	66	
Acre	64.781	3.406	40.029	4.643	16.704
Federal	17.522		718	101	16.704
Estadual	38.781	2.773	31.588	4.421	
Municipal	8.477	633	7.723	122	
Amazonas	169.197	17.215	100.426	12.304	39.253
Federal	34.507		7.848	1.393	25.266
Estadual	96.017	9.650	61.468	10.911	13.988
Municipal	38.673	7.564	31.109		
Roraima	26.925	3.862	17.182	1.794	4.088
Federal	5.135		940	107	4.088
Estadual	18.162	1.652	14.823	1.687	
Municipal	3.628	2.210	1.418		
Pará	366.385	33.532	202.475	25.454	104.923
Federal	121.606		19.532	3.249	98.825
Estadual	176.172	15.631	132.416	22.027	6.098
Municipal	68.607	17.902	50.528	178	

Tabela 8 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1994 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Amapá	39.648	4.513	29.386	3.673	2.076
Federal	2.512		376	61	2.076
Estadual	29.370	3.432	22.326	3.613	
Municipal	7.766	1.081	6.685		
Tocantins	71.419	4.604	57.070	8.306	1.439
Federal	2.463		2.108	355	
Estadual	58.330	2.765	46.332	7.794	1.439
Municipal	10.626	1.839	8.630	157	
Região Nordeste	2.340.426	261.404	1.364.223	166.711	548.089
Federal	631.983		156.498	26.571	448.914
Estadual	1.057.373	90.752	744.167	123.383	99.071
Municipal	651.070	170.652	463.558	16.758	103
Maranhão	238.793	20.845	148.519	20.035	49.394
Federal	50.686		12.351	2.221	36.114
Estadual	130.791	9.565	91.492	16.454	13.280
Municipal	57.316	11.281	44.676	1.359	
Piauí	143.282	16.242	89.152	8.485	29.403
Federal	39.426		9.048	1.155	29.224
Estadual	71.743	8.744	55.709	7.111	179
Municipal	32.112	7.498	24.395	219	
Ceará	362.305	63.927	194.864	23.505	80.009
Federal	71.861		17.547	3.177	51.137
Estadual	166.859	18.203	101.423	18.361	28.872
Municipal	123.585	45.724	75.893	1.968	
Rio Grande do Norte	174.455	11.843	87.690	13.516	61.406
Federal	70.720		12.897	2.804	55.018
Estadual	65.716	5.082	44.557	9.688	6.388
Municipal	38.019	6.761	30.236	1.023	

Tabela 8 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1994 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Paraíba	220.425	26.407	97.896	15.340	80.783
Federal	89.272		15.291	3.249	70.732
Estadual	85.921	9.378	54.840	11.652	10.051
Municipal	45.232	17.029	27.764	439	
Pernambuco	322.678	23.018	170.433	26.536	102.691
Federal	116.377		22.007	4.509	89.860
Estadual	130.630	10.871	88.829	18.202	12.728
Municipal	75.672	12.147	59.597	3.825	103
Alagoas	109.226	7.364	67.530	4.883	29.449
Federal	42.963		12.251	1.288	29.423
Estadual	31.966	2.305	26.816	2.820	26
Municipal	34.298	5.059	28.463	775	
Sergipe	117.872	12.052	80.684	7.515	17.621
Federal	26.180		7.699	863	17.619
Estadual	59.812	4.898	49.378	5.533	2
Municipal	31.880	7.154	23.607	1.119	
Bahia	624.819	79.706	404.621	43.160	97.333
Federal	97.928		24.572	3.568	69.788
Estadual	313.935	21.706	231.123	33.562	27.545
Municipal	212.956	58.000	148.926	6.030	
Nordeste (Geral)	26.570		22.834	3.736	
Federal	26.570		22.834	3.736	
Estadual					
Municipal					
Região Sudeste	6.304.504	740.331	3.881.674	642.660	1.039.839
Federal	875.853		124.388	32.331	719.134
Estadual	3.378.061	100.973	2.457.212	546.363	273.513
Municipal	2.050.590	639.358	1.300.074	63.966	47.192

Tabela 8 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1994 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Minas Gerais	1.399.226	105.138	907.955	104.653	281.481
Federal	322.078		38.899	5.582	277.597
Estadual	657.491	43.123	534.505	76.695	3.168
Municipal	419.658	62.015	334.551	22.376	716
Espírito Santo	303.701	34.182	194.873	26.460	48.186
Federal	60.004		10.665	1.909	47.430
Estadual	141.489	8.473	112.238	20.089	689
Municipal	102.208	25.709	71.970	4.462	67
Rio de Janeiro	1.249.235	85.941	609.563	101.957	451.774
Federal	373.972		45.402	18.045	310.524
Estadual	433.387	28.438	188.703	75.001	141.245
Municipal	441.876	57.503	375.457	8.911	4
São Paulo	3.352.341	515.070	2.169.284	409.590	258.398
Federal	119.799		29.422	6.795	83.582
Estadual	2.145.694	20.939	1.621.766	374.578	128.411
Municipal	1.086.848	494.131	518.096	28.216	46.405
Região Sul	2.248.399	149.948	1.429.292	206.482	462.677
Federal	418.889		45.133	12.084	361.672
Estadual	1.024.439	35.233	697.816	191.019	100.371
Municipal	805.071	114.715	686.343	3.378	635
Paraná	815.182	39.602	543.941	82.268	149.371
Federal	84.204		11.859	4.343	68.003
Estadual	373.321	1.779	212.390	77.784	81.368
Municipal	357.656	37.824	319.692	141	
Santa Catarina	500.858	67.444	291.905	43.753	97.756
Federal	99.494		14.100	3.208	82.187
Estadual	239.791	12.865	172.332	39.203	15.391
Municipal	161.573	54.579	105.472	1.343	177

Tabela 8 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1994 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Rio Grande do Sul	932.359	42.902	593.446	80.461	215.551
Federal	235.190		19.174	4.534	211.482
Estadual	411.327	20.589	313.093	74.033	3.612
Municipal	285.842	22.312	261.179	1.894	457
Região Centro-Oeste	916.791	45.469	550.805	95.669	224.848
Federal	244.653		21.779	4.614	218.259
Estadual	552.284	32.271	423.679	89.745	6.589
Municipal	119.855	13.199	105.347	1.310	
Mato Grosso do Sul	163.287	8.447	103.474	18.961	32.404
Federal	34.201		1.428	369	32.404
Estadual	89.912	3.870	68.390	17.652	
Municipal	39.174	4.577	33.656	941	
Mato Grosso	163.804	8.163	95.082	7.736	52.824
Federal	58.897		7.524	1.472	49.901
Estadual	42.954	2.476	31.411	6.144	2.923
Municipal	61.954	5.687	56.147	120	
Goiás	195.949	10.700	121.850	23.579	39.821
Federal	49.580		11.009	2.416	36.155
Estadual	127.642	7.765	95.297	20.914	3.666
Municipal	18.727	2.935	15.543	248	
Distrito Federal	393.751	18.159	230.399	45.393	99.800
Federal	101.975		1.817	358	99.800
Estadual	291.776	18.159	228.582	45.035	
Nacional	950.614	2.054	430.309	90.804	427.447

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Tabela 9 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1995 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Brasil	25.199.272	2.787.294	14.952.030	2.377.893	5.082.055
Federal	5.081.854		877.614	196.036	4.008.203
Estadual	12.303.117	547.871	8.782.154	2.000.725	972.367
Municipal	7.814.301	2.239.423	5.292.261	181.133	101.485
Região Norte	1.489.941	148.167	901.825	119.399	320.550
Federal	363.743		71.835	12.458	279.450
Estadual	839.430	79.272	613.274	105.784	41.100
Municipal	286.768	68.895	216.716	1.157	
Rondônia	118.073	8.238	82.994	10.900	15.940
Federal	20.068		3.578	551	15.940
Estadual	83.717	6.503	66.916	10.298	
Municipal	14.287	1.736	12.500	52	
Acre	122.816	7.043	75.241	9.471	31.062
Federal	32.812		1.523	228	31.062
Estadual	75.087	5.664	60.394	9.029	
Municipal	14.917	1.379	13.324	214	
Amazonas	361.126	49.906	192.533	26.947	91.740
Federal	73.712		15.236	3.115	55.362
Estadual	200.844	24.049	116.584	23.833	36.379
Municipal	86.570	25.857	60.713		
Roraima	55.661	7.091	35.189	3.968	9.413
Federal	14.653		4.663	577	9.413
Estadual	34.323	3.529	27.403	3.391	
Municipal	6.685	3.562	3.123		
Pará	583.529	52.846	321.499	42.563	166.621
Federal	208.091		38.474	6.537	163.080
Estadual	277.542	27.298	210.876	35.827	3.541
Municipal	97.896	25.548	72.149	199	

Tabela 9 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1995 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Amapá	72.179	8.278	52.952	6.356	4.594
Federal	5.740		981	165	4.594
Estadual	49.169	6.153	36.826	6.191	
Municipal	17.270	2.126	15.145		
Tocantins	172.747	14.764	138.144	18.658	1.180
Federal	4.857		4.107	750	
Estadual	118.748	6.076	94.275	17.216	1.180
Municipal	49.142	8.688	39.762	692	
Região Norte (Geral)	3.810		3.273	537	
Federal	3.810		3.273	537	
Estadual					
Municipal					
Região Nordeste	4.803.533	567.533	2.915.639	345.132	975.229
Federal	1.107.613		212.131	36.671	858.812
Estadual	2.120.911	179.946	1.560.640	264.118	116.207
Municipal	1.575.008	387.587	1.142.868	44.343	210
Maranhão	474.122	44.461	290.138	34.489	105.033
Federal	105.341		17.548	3.035	84.758
Estadual	225.606	15.721	161.649	27.961	20.275
Municipal	143.174	28.740	110.941	3.492	
Piauí	309.478	38.673	198.714	18.291	53.799
Federal	67.475		12.847	1.703	52.925
Estadual	157.082	18.751	121.369	16.088	874
Municipal	84.921	19.922	64.498	500	
Ceará	717.757	127.686	441.338	53.751	94.982
Federal	124.190		25.795	4.541	93.854
Estadual	339.554	40.463	253.538	44.635	917
Municipal	254.013	87.222	162.006	4.575	210

Tabela 9 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1995 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Rio Grande do Norte	381.317	29.841	192.384	26.561	132.531
Federal	137.280		18.554	3.997	114.730
Estadual	141.106	10.537	92.782	19.986	17.801
Municipal	102.931	19.304	81.049	2.578	
Paraíba	423.519	57.438	169.189	21.026	175.866
Federal	181.224		20.161	4.219	156.845
Estadual	122.418	12.930	74.812	15.655	19.021
Municipal	119.877	44.508	74.216	1.152	
Pernambuco	781.353	75.663	464.202	64.662	176.826
Federal	190.055		34.558	7.318	148.179
Estadual	294.584	24.263	199.441	42.233	28.647
Municipal	296.714	51.400	230.203	15.112	
Alagoas	272.943	20.408	176.485	13.396	62.655
Federal	80.701		20.153	2.183	58.365
Estadual	99.894	6.793	80.130	8.681	4.290
Municipal	92.348	13.615	76.202	2.532	
Sergipe	246.487	25.518	170.560	16.813	33.596
Federal	47.690		12.592	1.502	33.596
Estadual	131.831	10.498	108.402	12.931	
Municipal	66.966	15.020	49.567	2.380	
Bahia	1.174.156	147.845	793.422	92.949	139.940
Federal	151.256		30.718	4.979	115.559
Estadual	608.835	39.989	468.517	75.948	24.381
Municipal	414.065	107.856	294.187	12.022	
R. Nordeste (Geral)	22.400		19.206	3.193	
Federal	22.400		19.206	3.193	
Estadual					
Municipal					

Tabela 9 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1995 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Região Sudeste	12.460.847	1.698.847	7.502.391	1.358.568	1.901.041
Federal	1.508.424		222.873	60.831	1.224.720
Estadual	6.793.419	184.161	4.860.515	1.173.383	575.359
Municipal	4.159.004	1.514.685	2.419.003	124.353	100.962
Minas Gerais	3.179.537	249.178	2.153.932	262.084	514.344
Federal	572.493		58.735	8.813	504.945
Estadual	1.659.422	92.054	1.355.098	203.317	8.953
Municipal	947.622	157.124	740.098	49.954	446
Espírito Santo	470.175	55.561	310.029	43.553	61.031
Federal	84.702		20.044	3.785	60.873
Estadual	219.163	13.232	173.085	32.686	159
Municipal	166.310	42.329	116.899	7.081	
Rio de Janeiro	2.386.347	220.433	1.156.672	209.380	799.862
Federal	686.434		104.608	38.007	543.820
Estadual	919.342	77.090	429.999	156.230	256.023
Municipal	780.571	143.344	622.066	15.142	19
São Paulo	6.409.074	1.173.674	3.869.061	840.534	525.804
Federal	149.081		26.788	7.210	115.083
Estadual	3.995.492	1.786	2.902.332	781.150	310.224
Municipal	2.264.500	1.171.888	939.940	52.175	100.497
R. Sudeste (Geral)	15.714		12.697	3.017	
Federal	15.714		12.697	3.017	
Estadual					
Municipal					
Região Sul	3.932.137	273.739	2.386.886	341.138	930.374
Federal	839.467		106.936	28.931	703.600
Estadual	1.645.542	50.374	1.063.481	305.225	226.462
Municipal	1.447.128	223.365	1.216.468	6.982	312

Tabela 9 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1995 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Paraná	1.451.610	62.237	904.570	149.968	334.835
Federal	179.607		19.669	7.228	152.709
Estadual	715.717	3.257	387.815	142.519	182.126
Municipal	556.286	58.981	497.086	220	
Santa Catarina	897.415	139.319	516.962	71.431	169.702
Federal	163.108		27.661	6.606	128.841
Estadual	380.563	19.557	258.499	61.738	40.769
Municipal	353.744	119.763	230.803	3.087	92
Rio Grande do Sul	1.560.592	72.182	947.761	114.811	425.837
Federal	474.232		42.014	10.169	422.050
Estadual	549.262	27.560	417.167	100.967	3.567
Municipal	537.097	44.622	488.580	3.675	220
Região Sul (Geral)	22.520		17.593	4.927	
Federal	22.520		17.593	4.927	
Estadual					
Municipal					
Região Centro-Oeste	1.782.262	99.008	1.143.653	190.876	348.724
Federal	532.052		162.204	34.364	335.484
Estadual	903.816	54.118	684.244	152.214	13.240
Municipal	346.393	44.890	297.205	4.298	
Mato Grosso do Sul	304.482	18.204	199.614	33.620	53.045
Federal	56.838		2.986	807	53.045
Estadual	151.217	6.530	113.920	30.767	
Municipal	96.427	11.674	82.708	2.046	
Mato Grosso	467.930	26.932	314.083	44.912	82.003
Federal	94.404		16.229	3.290	74.885
Estadual	269.127	16.484	204.137	41.388	7.118
Municipal	104.398	10.448	93.716	234	

Tabela 9 – Despesa com educação por nível e dependência administrativa – 1995 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Goiás	461.884	37.464	308.931	45.916	69.573
Federal	87.316		19.351	4.515	63.451
Estadual	229.000	14.695	168.800	39.383	6.122
Municipal	145.567	22.768	120.781	2.018	
Distrito Federal	532.260	16.409	308.230	63.518	144.105
Federal	277.788		110.842	22.842	144.105
Estadual	254.472	16.409	197.387	40.676	
Municipal					
Centro-Oeste (Geral)	15.706		12.795	2.911	
Federal	15.706		12.795	2.911	
Estadual					
Municipal					
Nacional	730.553		101.635	22.781	606.137

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Tabela 10 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1996 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Brasil	29.672.859	3.246.396	18.160.949	3.014.781	5.250.732
Federal	5.039.122	66	778.360	176.777	4.083.919
Estadual	15.226.328	623.138	11.017.287	2.625.810	960.093
Municipal	9.407.409	2.623.192	6.365.302	212.194	206.721
Região Norte	1.753.236	201.991	1.141.520	153.266	
Federal	323.034		70.479	12.279	256.459
Estadual	1.043.805	104.268	783.996	139.358	240.276
Municipal	386.397	97.723	287.046	1.628	16.183
Rondônia	162.160	11.067	118.699	16.930	
Federal	22.157		5.698	995	15.464
Estadual	114.298	8.283	90.256	15.759	15.464
Municipal	25.704	2.784	22.744	176	
Acre	137.358	8.725	90.767	11.447	
Federal	28.805		2.060	326	26.419
Estadual	86.622	6.718	68.987	10.917	26.419
Municipal	21.931	2.007	19.720	204	
Amazonas	462.243	60.916	295.153	48.159	
Federal	72.653		16.369	3.435	58.014
Estadual	295.671	33.723	212.239	44.543	52.848
Municipal	93.919	27.193	66.545	181	5.166
Roraima	63.320	8.179	39.120	4.977	
Federal	17.626		5.788	794	11.044
Estadual	38.704	4.950	29.680	4.074	11.044
Municipal	6.990	3.229	3.652	109	
Pará	712.834	92.252	438.345	51.251	130.986
Federal	166.942		32.239	5.115	129.589
Estadual	375.019	41.055	287.027	45.540	1.397
Municipal	170.872	51.197	119.079	597	

Tabela 10 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1996 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Amapá	67.374	7.486	48.784	6.191	4.912
Federal	6.657		1.466	280	4.912
Estadual	41.935	5.026	30.997	5.912	
Municipal	18.782	2.460	16.322		
Tocantins	147.895	13.365	110.609	14.302	9.620
Federal	8.141		6.815	1.326	
Estadual	91.556	4.512	64.810	12.614	9.620
Municipal	48.198	8.853	38.984	362	
Região Norte (Geral)	52		44	8	
Federal	52		44	8	
Estadual					
Municipal					
Região Nordeste	5.189.072	577.197	3.128.840	373.355	1.109.680
Federal	1.194.697		258.505	44.473	891.718
Estadual	2.330.910	172.811	1.688.274	283.096	186.729
Municipal	1.663.465	404.386	1.182.061	45.785	31.233
Maranhão	408.041	42.826	239.685	29.057	96.473
Federal	98.316		20.589	3.438	74.289
Estadual	193.439	13.389	135.277	22.589	22.184
Municipal	116.286	29.437	83.819	3.030	
Piauí	337.086	38.067	213.817	20.538	64.664
Federal	85.212		18.900	2.234	64.077
Estadual	192.052	21.763	151.763	17.939	587
Municipal	59.822	16.303	43.154	364	
Ceará	751.722	105.581	440.123	42.343	163.675
Federal	147.501		37.571	6.168	103.762
Estadual	286.030	14.161	182.066	29.890	59.913
Municipal	318.191	91.419	220.486	6.285	

Tabela 10 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1996 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Rio Grande do Norte	422.271	28.998	208.017	30.768	154.488
Federal	144.087		20.440	4.187	119.459
Estadual	189.281	11.929	118.124	24.199	35.029
Municipal	88.903	17.068	69.453	2.382	
Paraíba	460.072	61.687	199.410	27.931	171.044
Federal	184.126		26.586	5.869	151.671
Estadual	147.756	15.151	92.755	20.478	19.373
Municipal	128.190	46.536	80.070	1.584	
Pernambuco	780.971	65.598	468.402	68.624	178.347
Federal	197.940		44.559	9.460	143.920
Estadual	318.368	20.429	217.364	46.148	34.427
Municipal	264.663	45.169	206.479	13.015	
Alagoas	277.363	23.953	182.706	14.162	56.542
Federal	79.931		21.116	2.324	56.492
Estadual	105.981	7.719	88.476	9.736	50
Municipal	91.451	16.234	73.114	2.103	
Sergipe	275.674	26.883	242.709	19.980	37.735
Federal	55.424		17.284	1.951	37.735
Estadual	151.691	11.791	136.696	15.432	
Municipal	68.559	15.092	88.729	2.596	
Bahia	1.466.567	183.606	977.609	118.640	186.712
Federal	192.855		45.012	7.530	140.313
Estadual	746.313	56.478	577.984	96.685	15.166
Municipal	527.399	127.128	354.614	14.425	31.233
R. Nordeste (Geral)	9.305		7.994	1.312	
Federal	9.305		7.994	1.312	
Estadual					
Municipal					

Tabela 10 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1996 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Região Sudeste	14.794.507	1.968.447	9.087.996	1.747.958	1.990.106
Federal	1.602.939		226.375	64.485	1.312.079
Estadual	8.232.078	192.157	5.995.523	1.535.443	508.955
Municipal	4.959.490	1.776.290	2.866.098	148.030	169.072
Minas Gerais	3.615.581	303.553	2.479.492	309.225	523.312
Federal	570.963		55.025	8.681	507.258
Estadual	1.823.056	52.510	1.516.357	239.216	14.973
Municipal	1.221.562	251.043	908.110	61.328	1.081
Espírito Santo	497.212	60.902	329.297	47.512	59.501
Federal	93.028		28.232	5.549	59.246
Estadual	221.511	12.300	174.631	34.325	255
Municipal	182.672	48.602	126.434	7.637	
Rio de Janeiro	2.879.776	283.767	1.524.377	370.940	700.693
Federal	729.739		106.937	40.385	582.417
Estadual	1.393.789	126.360	835.027	315.348	117.054
Municipal	756.248	157.407	582.413	15.207	1.222
São Paulo	7.801.938	1.320.226	4.754.830	1.020.282	706.601
Federal	209.209		36.180	9.871	163.158
Estadual	4.793.722	987	3.469.508	946.553	376.673
Municipal	2.799.008	1.319.238	1.249.142	63.858	166.769
Região Sul	4.811.514	333.312	3.094.044	451.515	932.643
Federal	807.954		95.811	26.390	685.753
Estadual	2.137.963	67.422	1.414.877	415.190	240.474
Municipal	1.865.596	265.890	1.583.356	9.934	6.416
Paraná	1.828.859	81.870	1.191.276	200.282	355.431
Federal	180.661		21.324	8.062	151.275
Estadual	906.013	5.071	505.620	191.166	204.156
Municipal	742.185	76.799	664.333	1.053	

Tabela 10 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1996 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Santa Catarina	983.908	145.443	584.240	81.073	173.152
Federal	182.337		35.357	8.663	138.317
Estadual	403.276	20.330	279.603	68.508	34.835
Municipal	398.295	125.113	269.280	3.901	
Rio Grande do Sul	1.998.747	106.000	1.318.527	170.160	404.060
Federal	444.956		39.131	9.665	396.161
Estadual	828.674	42.022	629.653	155.515	1.483
Municipal	725.117	63.978	649.743	4.980	6.416
Região Centro-Oeste	2.479.140	165.383	1.663.026	278.354	372.377
Federal	465.108		81.667	18.816	364.625
Estadual	1.481.571	86.480	1.134.617	252.723	7.752
Municipal	532.461	78.904	446.742	6.816	
Mato Grosso do Sul	389.122	24.444	269.651	44.790	50.238
Federal	66.022		12.428	3.356	50.238
Estadual	190.208	8.117	143.376	38.715	
Municipal	132.892	16.327	113.846	2.719	
Mato Grosso	523.798	27.676	348.487	46.607	101.028
Federal	140.160		33.235	7.151	99.774
Estadual	230.838	11.400	179.551	38.633	1.254
Municipal	152.800	16.276	135.701	823	
Goiás	653.944	65.298	451.047	63.845	73.754
Federal	100.693		26.996	6.442	67.256
Estadual	306.481	18.997	226.856	54.130	6.498
Municipal	246.769	46.301	197.194	3.274	
Distrito Federal	912.277	47.966	593.841	123.113	147.357
Federal	158.233		9.008	1.868	147.357
Estadual	754.044	47.966	584.833	121.245	
Municipal					

R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 137-198, jan./dez. 2001.

Tabela 10 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1996 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Nacional	645.390	66	45.523	10.333	589.467

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Tabela 11 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1997 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Brasil	32.504.836	3.453.466	17.789.894	3.655.588	7.605.888
Federal	5.627.909	4.064	383.929	504.464	4.735.452
Estadual	15.803.794	465.337	9.861.570	2.847.342	2.629.544
Municipal	11.073.133	2.984.065	7.544.395	303.781	240.892
Região Norte	2.131.580	263.632	1.332.073	226.751	309.125
Federal	353.672	616	32.133	45.303	275.619
Estadual	1.151.824	96.710	843.075	178.533	33.506
Municipal	626.085	166.306	456.864	2.915	0
Rondônia	222.766	16.678	161.244	26.474	18.370
Federal	23.105	9	2.707	2.019	18.370
Estadual	148.987	10.858	114.458	23.671	0
Municipal	50.674	5.811	44.079	784	0
Acre	171.513	11.012	109.203	15.943	35.355
Federal	36.835	21	1.457	1	35.355
Estadual	107.425	8.361	83.440	15.624	0
Municipal	27.254	2.630	24.306	318	0
Amazonas	502.903	67.688	308.840	63.623	62.753
Federal	80.940	82	5.657	16.966	58.235
Estadual	269.214	19.780	198.400	46.517	4.518
Municipal	152.749	47.827	104.783	140	0
Roraima	104.673	11.931	65.929	15.901	10.912
Federal	18.221	30	1.257	6.021	10.912
Estadual	80.946	9.696	61.372	9.878	0
Municipal	5.506	2.204	3.299	2	0
Pará	832.298	124.481	475.464	67.240	165.113
Federal	182.551	449	16.759	18.100	147.243
Estadual	336.552	30.627	240.087	47.968	17.870
Municipal	313.195	93.405	218.618	1.172	0

Tabela 11 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1997 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Amapá	120.116	13.852	85.541	15.222	5.501
Federal	6.495	9	968	16	5.501
Estadual	97.057	11.363	70.489	15.205	0
Municipal	16.564	2.480	14.084	0	0
Tocantins	177.312	17.990	125.852	22.349	11.121
Federal	5.526	16	3.328	2.179	3
Estadual	111.643	6.025	74.830	19.670	11.118
Municipal	60.143	11.949	47.694	500	0
Região Nordeste	6.476.848	705.442	3.704.688	610.093	1.456.625
Federal	1.411.795	774	118.368	145.952	1.146.702
Estadual	2.679.013	147.741	1.852.927	377.942	300.403
Municipal	2.386.040	556.927	1.733.394	86.199	9.520
Maranhão	735.497	91.825	444.486	61.781	137.405
Federal	142.376	44	14.260	14.179	113.894
Estadual	245.225	15.585	171.140	35.543	22.958
Municipal	347.896	76.197	259.086	12.060	553
Piauí	373.368	41.777	243.591	25.829	62.170
Federal	68.701	50	7.850	8.753	52.049
Estadual	164.821	12.157	126.734	16.005	9.925
Municipal	139.845	29.571	109.007	1.072	196
Ceará	968.507	102.416	570.987	88.602	206.501
Federal	178.964	4	20.839	17.324	140.798
Estadual	449.320	16.820	304.166	62.914	65.420
Municipal	340.223	85.592	245.982	8.365	283
Rio Grande do Norte	582.916	29.363	225.660	50.483	277.410
Federal	280.584	194	5.214	14.824	260.352
Estadual	198.228	7.735	141.263	32.324	16.906
Municipal	104.105	21.434	79.183	3.336	152

Tabela 11 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1997 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Paraíba	606.808	74.240	263.711	60.746	208.111
Federal	217.134	32	8.624	21.763	186.715
Estadual	224.732	17.818	149.340	36.414	21.160
Municipal	164.941	56.390	105.746	2.569	235
Pernambuco	1.007.591	87.222	617.446	127.955	174.968
Federal	168.946	182	19.546	30.314	118.903
Estadual	427.734	13.893	291.071	73.353	49.417
Municipal	410.911	73.147	306.829	24.287	6.648
Alagoas	351.060	28.067	196.732	33.697	92.564
Federal	112.482	37	5.671	18.390	88.385
Estadual	91.793	5.439	73.066	9.325	3.964
Municipal	146.784	22.591	117.995	5.983	215
Sergipe	290.442	35.122	181.054	34.591	39.675
Federal	55.806	0	4.530	11.700	39.576
Estadual	149.736	13.727	116.262	19.747	0
Municipal	84.900	21.395	60.262	3.144	99
Bahia	1.560.660	215.409	961.021	126.409	257.821
Federal	186.801	232	31.833	8.706	146.030
Estadual	727.424	44.569	479.884	92.318	110.653
Municipal	646.435	170.608	449.304	25.385	1.138
Região Sudeste	16.055.153	2.062.829	8.488.675	1.893.246	3.610.402
Federal	1.815.855	1.566	122.310	202.755	1.489.224
Estadual	8.180.618	86.216	4.698.555	1.494.954	1.900.893
Municipal	6.058.680	1.975.047	3.667.810	195.537	220.285
Minas Gerais	3.821.691	310.014	2.496.517	420.042	595.118
Federal	646.356	133	29.948	48.567	567.708
Estadual	1.851.126	20.642	1.505.305	298.324	26.854
Municipal	1.324.209	289.238	961.264	73.151	555

Tabela 11 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1997 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Espírito Santo	515.721	62.787	311.789	70.759	70.386
Federal	97.170	49	4.722	23.904	68.495
Estadual	216.744	10.790	165.118	38.995	1.841
Municipal	201.807	51.948	141.949	7.860	49
Rio de Janeiro	2.764.391	218.063	1.120.954	352.410	1.072.963
Federal	839.687	1.384	36.590	115.760	685.953
Estadual	1.110.615	53.638	462.576	214.683	379.718
Municipal	814.089	163.042	621.788	21.966	7.293
São Paulo	8.953.350	1.471.965	4.559.415	1.050.035	1.871.935
Federal	232.642	1	51.049	14.524	167.068
Estadual	5.002.133	1.145	2.565.556	942.951	1.492.480
Municipal	3.718.576	1.470.819	1.942.809	92.560	212.388
Região Sul	4.683.637	268.726	2.705.308	574.253	1.135.350
Federal	858.395	933	41.670	57.107	758.685
Estadual	2.326.545	57.287	1.394.735	508.586	365.937
Municipal	1.498.697	210.507	1.268.902	8.560	10.728
Paraná	1.929.815	82.330	1.091.958	243.168	512.359
Federal	212.704	350	18.276	4.857	189.221
Estadual	1.110.046	5.070	545.259	237.726	321.991
Municipal	607.065	76.910	528.423	585	1.146
Santa Catarina	866.145	95.747	459.857	122.731	187.809
Federal	181.553	463	8.522	24.510	148.058
Estadual	388.944	17.826	239.141	94.585	37.392
Municipal	295.648	77.458	212.194	3.636	2.359
Rio Grande do Sul	1.887.677	90.649	1.153.492	208.354	435.182
Federal	464.137	119	14.872	27.740	421.406
Estadual	827.555	34.391	610.335	176.275	6.554
Municipal	595.985	56.139	528.285	4.338	7.222

Tabela 11 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1997 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Região Centro-Oeste	2.462.093	152.837	1.521.369	332.380	455.507
Federal	492.669	174	31.667	34.485	426.342
Estadual	1.465.793	77.384	1.072.278	287.326	28.805
Municipal	503.631	75.278	417.424	10.570	359
Mato Grosso do Sul	355.628	21.193	203.106	37.250	94.079
Federal	90.957	12	3.780	54	87.111
Estadual	139.618	5.704	93.337	33.692	6.885
Municipal	125.053	15.477	105.989	3.503	84
Mato Grosso	532.205	28.055	332.984	73.434	97.731
Federal	106.103	75	5.226	14.960	85.843
Estadual	293.443	13.346	211.826	56.480	11.792
Municipal	132.659	14.635	115.933	1.995	96
Goiás	632.947	62.803	391.549	83.996	94.599
Federal	111.585	33	8.335	18.926	84.291
Estadual	275.442	17.603	187.713	59.998	10.128
Municipal	245.919	45.167	195.501	5.071	180
Distrito Federal	941.313	40.786	593.729	137.701	169.098
Federal	184.023	54	14.326	545	169.098
Estadual	757.290	40.731	579.403	137.156	0
Municipal	0	0	0	0	0
Nacional	695.524	1	37.781	18.864	638.879
Federal	695.524	1	37.781	18.864	638.879
Estadual	0	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0	0

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Tabela 12 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1998 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Brasil	38.747.245	3.469.403	23.089.765	4.310.375	7.877.701
Federal	6.318.714	142	869.946	509.824	4.938.803
Estadual	18.418.480	357.252	11.724.903	3.553.736	2.782.588
Municipal	14.010.050	3.112.009	10.494.916	246.815	156.309
Região Norte	2.777.666	245.376	1.914.688	275.837	341.765
Federal	387.932	0	47.830	43.253	296.850
Estadual	1.406.161	89.877	1.043.713	229.841	42.730
Municipal	983.572	155.499	823.146	2.744	2.185
Rondônia	263.360	16.021	191.789	28.281	27.269
Federal	34.282	0	4.775	2.252	27.254
Estadual	162.656	9.292	127.945	25.419	0
Municipal	66.422	6.729	59.069	610	15
Acre	217.068	13.538	152.856	21.739	28.935
Federal	31.607	0	2.677	0	28.930
Estadual	153.501	11.039	121.018	21.444	0
Municipal	31.959	2.499	29.161	295	5
Amazonas	608.022	60.036	402.525	67.796	77.664
Federal	94.065	0	9.682	16.371	68.013
Estadual	311.943	17.399	233.596	51.325	9.623
Municipal	202.014	42.637	159.248	101	29
Roraima	129.366	14.991	81.860	19.440	13.075
Federal	20.683	0	1.402	6.207	13.074
Estadual	100.342	11.210	75.899	13.233	0
Municipal	8.341	3.782	4.559	0	0
Pará	1.183.874	111.228	807.359	88.780	176.507
Federal	192.613	0	23.555	15.948	153.110
Estadual	407.222	24.231	287.806	71.996	23.190
Municipal	584.039	86.997	495.999	836	207

Tabela 12 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1998 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Amapá	138.318	12.538	101.006	18.306	6.468
Federal	8.068	0	1.603	0	6.465
Estadual	114.170	9.574	86.290	18.306	0
Municipal	16.080	2.964	13.113	0	3
Tocantins	237.601	17.024	177.234	31.496	11.846
Federal	6.557	0	4.078	2.475	4
Estadual	156.327	7.133	111.159	28.119	9.917
Municipal	74.717	9.892	61.998	902	1.926
Região Norte (Geral)	59	0	59	0	0
Federal	59	0	59	0	0
Estadual	0	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0	0
Região Nordeste	8.417.093	668.927	5.409.486	754.557	1.584.123
Federal	1.514.605	0	190.755	150.480	1.173.370
Estadual	3.240.009	82.653	2.251.291	512.472	393.593
Municipal	3.662.479	586.273	2.967.440	91.605	17.161
Maranhão	924.841	91.740	622.100	67.279	143.722
Federal	114.949	0	23.511	13.056	78.381
Estadual	306.239	14.736	189.299	39.003	63.200
Municipal	503.653	77.004	409.289	15.220	2.140
Piauí	493.412	40.293	330.171	32.671	90.277
Federal	97.939	0	11.807	9.606	76.526
Estadual	191.544	13.763	143.221	21.565	12.995
Municipal	203.930	26.530	175.144	1.499	757
Ceará	1.272.212	113.209	841.361	115.720	201.923
Federal	192.006	0	31.171	18.864	141.971
Estadual	473.993	3.602	325.128	87.319	57.944
Municipal	606.213	109.607	485.062	9.536	2.008

Tabela 12 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1998 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Rio Grande do Norte	797.959	36.102	425.265	82.395	254.197
Federal	270.693	0	15.170	18.386	237.137
Estadual	357.923	7.082	274.345	60.014	16.481
Municipal	169.343	29.019	135.749	3.995	579
Paraíba	724.501	60.877	371.064	59.815	232.745
Federal	243.755	0	18.756	19.530	205.469
Estadual	243.757	12.494	168.404	36.439	26.420
Municipal	236.989	48.383	183.904	3.846	856
Pernambuco	1.248.653	89.089	776.437	139.651	243.476
Federal	224.563	0	27.878	31.857	164.829
Estadual	476.961	3.087	316.037	86.806	71.032
Municipal	547.129	86.002	432.522	20.989	7.616
Alagoas	454.798	30.536	312.989	36.011	75.262
Federal	99.195	0	10.395	19.058	69.743
Estadual	112.262	2.537	92.774	12.243	4.709
Municipal	243.341	28.000	209.821	4.710	811
Sergipe	351.587	43.708	225.117	36.934	45.828
Federal	63.811	0	6.730	11.617	45.464
Estadual	167.834	16.031	128.095	23.707	0
Municipal	119.942	27.677	90.292	1.609	364
Bahia	2.149.128	163.372	1.504.983	184.082	296.691
Federal	207.694	0	45.337	8.507	153.850
Estadual	909.497	9.322	613.989	145.376	140.811
Municipal	1.031.937	154.051	845.657	30.199	2.031
Região Sudeste	17.909.025	2.065.498	9.995.875	2.166.802	3.680.850
Federal	1.930.486	0	117.438	207.388	1.605.659
Estadual	9.135.421	52.503	5.317.651	1.821.632	1.943.635
Municipal	6.843.118	2.012.995	4.560.785	137.782	131.556

Tabela 12 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1998 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Minas Gerais	4.162.921	267.168	2.773.009	482.156	640.588
Federal	677.393	0	16.779	49.370	611.244
Estadual	1.981.194	10.055	1.549.605	392.191	29.344
Municipal	1.504.334	257.113	1.206.625	40.596	0
Espírito Santo	804.544	68.408	531.158	121.751	83.227
Federal	108.479	0	8.731	23.367	76.382
Estadual	410.076	7.764	307.015	93.738	1.558
Municipal	285.990	60.644	215.412	4.646	5.288
Rio de Janeiro	3.689.417	253.387	1.783.523	453.332	1.199.175
Federal	940.427	0	80.003	122.487	737.937
Estadual	1.464.200	34.590	659.922	308.450	461.238
Municipal	1.284.790	218.798	1.043.598	22.395	0
São Paulo	9.252.142	1.476.535	4.908.185	1.109.562	1.757.860
Federal	204.187	0	11.925	12.165	180.097
Estadual	5.279.951	95	2.801.109	1.027.252	1.451.495
Municipal	3.768.004	1.476.440	2.095.150	70.145	126.268
Região Sul	5.609.258	330.667	3.399.528	705.740	1.173.323
Federal	940.229	142	71.688	63.319	805.080
Estadual	2.798.789	61.923	1.739.338	634.694	362.835
Municipal	1.870.240	268.603	1.588.502	7.727	5.408
Paraná	2.370.867	113.012	1.430.987	322.131	504.737
Federal	221.380	142	26.178	4.601	190.459
Estadual	1.376.814	4.622	740.494	317.420	314.278
Municipal	772.673	108.248	664.314	111	0
Santa Catarina	1.045.758	105.051	606.073	134.482	200.152
Federal	201.603	0	14.930	28.779	157.895
Estadual	461.001	11.748	304.421	103.573	41.259
Municipal	383.155	93.303	286.722	2.131	999

Tabela 12 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1998 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Rio Grande do Sul	2.192.633	112.605	1.362.469	249.127	468.433
Federal	517.246	0	30.580	29.940	456.726
Estadual	960.974	45.552	694.423	213.701	7.298
Municipal	714.412	67.052	637.466	5.485	4.409
Região Centro-Oeste	3.212.339	158.935	2.103.482	399.433	550.490
Federal	723.598	0	175.528	37.377	510.693
Estadual	1.838.100	70.296	1.372.910	355.098	39.796
Municipal	650.641	88.639	555.044	6.957	0
Mato Grosso do Sul	497.190	20.759	329.134	56.147	91.151
Federal	91.333	0	8.156	0	83.177
Estadual	249.160	1.659	185.274	54.253	7.974
Municipal	156.697	19.099	135.704	1.894	0
Mato Grosso	590.189	24.293	389.872	72.152	103.873
Federal	110.899	0	9.550	15.170	86.178
Estadual	300.327	4.535	222.708	55.391	17.694
Municipal	178.963	19.758	157.613	1.591	0
Goias	727.309	63.598	475.788	84.122	103.800
Federal	127.533	0	15.653	22.207	89.673
Estadual	284.795	13.816	198.409	58.443	14.127
Municipal	314.981	49.782	261.727	3.472	0
Distrito Federal	1.397.652	50.286	908.688	187.012	251.665
Federal	393.833	0	142.169	0	251.664
Estadual	1.003.819	50.286	766.519	187.012	1
Municipal	0	0	0	0	0
Nacional	821.864	0	266.707	8.006	547.150

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Tabela 13 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1999 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continua)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Brasil	41.476.976	3.845.858	24.189.918	4.595.163	8.846.036
Federal	6.912.364	...	823.649	275.624	5.813.091
Estadual	18.456.238	326.879	11.185.646	4.074.638	2.869.074
Municipal	16.108.374	3.518.979	12.180.623	244.901	163.871
Região Norte	2.909.840	243.483	1.988.872	280.463	397.022
Federal	427.283	...	67.829	18.978	340.476
Estadual	1.373.006	67.817	993.199	258.763	53.227
Municipal	1.109.551	175.666	927.844	2.721	3.319
Rondônia	314.458	19.210	231.266	33.186	30.796
Federal	37.442	...	5.455	1.211	30.775
Estadual	179.509	9.262	139.310	30.936	
Municipal	97.507	9.948	86.501	1.038	21
Acre	229.849	17.982	154.403	18.351	39.114
Federal	41.418	...	1.925	389	39.104
Estadual	114.829	10.878	86.467	17.484	
Municipal	73.602	7.103	66.011	478	10
Amazonas	634.185	49.760	430.199	64.778	89.448
Federal	98.854	...	13.814	3.640	81.400
Estadual	302.935	2.605	231.354	60.961	8.016
Municipal	232.395	47.155	185.030	177	32
Roraima	134.696	16.084	86.122	16.971	15.519
Federal	23.404	...	6.483	1.402	15.519
Estadual	98.649	11.322	71.798	15.529	
Municipal	12.642	4.762	7.841	39	0
Pará	1.145.584	100.207	754.456	95.375	195.546
Federal	208.047	...	32.448	10.340	165.259
Estadual	399.450	19.104	265.600	84.639	30.107
Municipal	538.087	81.102	456.409	395	180

Tabela 13 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1999 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Amapá	161.938	14.132	118.725	20.663	8.418
Federal	9.848	...	1.178	257	8.413
Estadual	120.900	7.289	93.257	20.353	
Municipal	31.190	6.843	24.289	53	6
Tocantins	287.121	26.109	212.086	30.744	18.181
Federal	6.262	...	4.911	1.345	6
Estadual	156.733	7.356	105.413	28.860	15.104
Municipal	124.126	18.753	101.763	540	3.070
Região Norte (Geral)	2.008		1.615	394	
Federal	2.008		1.615	394	
Estadual					
Municipal					
Região Nordeste	9.301.700	743.174	6.093.895	795.760	1.668.870
Federal	1.626.167	...	262.306	70.348	1.293.514
Estadual	3.371.162	88.037	2.300.000	626.223	356.902
Municipal	4.304.371	655.138	3.531.589	99.189	18.454
Maranhão	983.370	92.871	702.330	80.418	107.751
Federal	105.705	...	20.202	4.768	80.736
Estadual	345.651	15.697	246.816	58.249	24.890
Municipal	532.014	77.174	435.312	17.401	2.126
Piauí	607.091	56.633	422.155	41.309	86.994
Federal	93.155	...	19.365	3.473	70.318
Estadual	275.209	20.281	202.717	36.354	15.858
Municipal	238.727	36.353	200.074	1.482	818
Ceará	1.370.585	129.485	894.112	134.198	212.791
Federal	205.610	...	34.964	12.747	157.899
Estadual	483.340	2.395	313.780	114.397	52.769
Municipal	681.636	127.090	545.368	7.053	2.124

Tabela 13 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1999 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Rio Grande do Norte	795.865	51.307	491.253	81.877	171.428
Federal	190.165	...	24.791	6.165	159.210
Estadual	375.777	6.746	286.344	71.209	11.478
Municipal	229.922	44.561	180.118	4.503	741
Paraíba	765.409	56.766	401.569	48.504	258.570
Federal	266.559	...	29.009	6.951	230.600
Estadual	226.530	11.939	151.306	36.253	27.032
Municipal	272.320	44.827	221.255	5.300	938
Pernambuco	1.324.370	92.427	826.572	130.739	274.633
Federal	260.231	...	42.337	13.885	204.009
Estadual	463.416	2.423	299.944	98.368	62.681
Municipal	600.723	90.003	484.290	18.486	7.943
Alagoas	536.827	29.935	319.393	23.837	163.662
Federal	188.134	...	29.089	5.490	153.555
Estadual	100.674	1.353	75.712	14.288	9.321
Municipal	248.018	28.582	214.591	4.060	785
Sergipe	432.287	55.658	288.668	38.665	49.296
Federal	67.986	...	15.782	3.357	48.848
Estadual	210.533	21.024	156.271	33.237	
Municipal	153.768	34.633	116.615	2.072	448
Bahia	2.485.896	178.093	1.747.843	216.214	343.746
Federal	248.623	...	46.768	13.514	188.341
Estadual	890.031	6.179	567.110	163.868	152.873
Municipal	1.347.243	171.914	1.133.965	38.832	2.531
Região Sudeste	19.039.072	2.161.977	10.307.125	2.328.160	4.241.810
Federal	2.360.718	...	182.369	80.982	2.097.367
Estadual	9.198.073	42.897	5.016.312	2.129.111	2.009.753
Municipal	7.480.281	2.119.081	5.108.444	118.066	134.691

Tabela 13 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1999 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Continuação)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Minas Gerais	4.162.921	267.168	2.773.009	482.156	640.588
Federal	677.393	0	16.779	49.370	611.244
Estadual	1.981.194	10.055	1.549.605	392.191	29.344
Municipal	1.504.334	257.113	1.206.625	40.596	0
Espírito Santo	804.544	68.408	531.158	121.751	83.227
Federal	108.479	0	8.731	23.367	76.382
Estadual	410.076	7.764	307.015	93.738	1.558
Municipal	285.990	60.644	215.412	4.646	5.288
Rio de Janeiro	3.689.417	253.387	1.783.523	453.332	1.199.175
Federal	940.427	0	80.003	122.487	737.937
Estadual	1.464.200	34.590	659.922	308.450	461.238
Municipal	1.284.790	218.798	1.043.598	22.395	0
São Paulo	9.252.142	1.476.535	4.908.185	1.109.562	1.757.860
Federal	204.187	0	11.925	12.165	180.097
Estadual	5.279.951	95	2.801.109	1.027.252	1.451.495
Municipal	3.768.004	1.476.440	2.095.150	70.145	126.268
Região Sul	5.609.258	330.667	3.399.528	705.740	1.173.323
Federal	940.229	142	71.688	63.319	805.080
Estadual	2.798.789	61.923	1.739.338	634.694	362.835
Municipal	1.870.240	268.603	1.588.502	7.727	5.408
Paraná	2.370.867	113.012	1.430.987	322.131	504.737
Federal	221.380	142	26.178	4.601	190.459
Estadual	1.376.814	4.622	740.494	317.420	314.278
Municipal	772.673	108.248	664.314	111	0
Santa Catarina	1.045.758	105.051	606.073	134.482	200.152
Federal	201.603	0	14.930	28.779	157.895
Estadual	461.001	11.748	304.421	103.573	41.259
Municipal	383.155	93.303	286.722	2.131	999

Tabela 13 – Despesa com educação por dependência administrativa – 1999 (Em R\$ 1.000 correntes)

(Conclusão)

	Total Geral	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior
Rio Grande do Sul	2.601.455	171.132	1.601.960	251.952	576.412
Federal	614.218		38.055	12.643	563.520
Estadual	958.022	45.686	679.767	225.833	6.735
Municipal	1.029.216	125.445	884.138	13.476	6.157
Região Centro-Oeste	3.412.468	204.476	2.128.103	432.641	647.247
Federal	790.094		138.223	41.848	610.023
Estadual	1.745.149	62.971	1.261.444	383.510	37.224
Municipal	877.225	141.506	728.436	7.283	
Mato Grosso do Sul	614.422	38.098	384.877	66.556	124.891
Federal	122.675		4.741	1.479	116.454
Estadual	278.219	2.812	203.482	63.487	8.437
Municipal	213.529	35.286	176.654	1.590	
Mato Grosso	771.464	35.840	525.798	92.062	117.764
Federal	127.696		20.236	5.840	101.620
Estadual	395.759	2.786	292.432	84.396	16.145
Municipal	248.010	33.054	213.130	1.826	
Goiás	922.671	91.105	615.622	95.258	120.685
Federal	143.949		26.998	8.908	108.043
Estadual	363.036	17.939	249.972	82.482	12.642
Municipal	415.686	73.166	338.652	3.868	
Distrito Federal	1.103.911	39.433	601.806	178.765	283.907
Federal	395.775		86.248	25.620	283.907
Estadual	708.136	39.433	515.558	153.145	
Nacional	625.080		95.486	34.226	495.368

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP, Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Tabela 14 – Gasto público com educação como % do PIB – 1994 a 1999

(Continua)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	3,9	3,9	3,8	3,8	4,2	4,3
Região Norte	4,5	5,0	4,8	5,6	6,8	6,8
Rondônia	3,7	4,0	4,5	5,3	5,7	6,3
Acre	11,8	12,3	12,0	13,2	14,9	14,9
Amazonas	2,9	3,3	3,3	3,5	4,0	4,1
Roraima	11,3	11,9	11,6	17,0	17,3	16,6
Pará	4,4	4,8	5,1	5,7	7,6	6,9
Amapá	6,3	5,8	5,0	7,9	9,2	10,3
Tocantins	10,8	14,1	9,6	10,4	12,2	13,8
Região Norte (Geral)						0,0
Região Nordeste	5,2	5,8	5,1	5,7	7,1	7,4
Maranhão	8,3	9,4	5,9	10,0	12,8	12,5
Piauí	8,9	9,7	8,6	8,9	11,2	13,0
Ceará	5,5	5,7	4,8	5,5	6,8	7,1
Rio Grande do Norte	6,7	8,1	7,2	8,8	11,7	10,5
Paraíba	7,8	8,0	7,0	8,7	10,0	9,7
Pernambuco	3,6	4,5	3,7	4,3	5,0	5,1
Alagoas	4,6	6,8	5,5	6,1	7,4	8,4
Sergipe	5,8	7,0	6,4	6,0	7,0	8,0
Bahia	4,2	4,4	4,4	4,2	5,5	6,0
R. Nordeste (Geral)	0,5		0,1			0,0
Região Sudeste	3,2	3,3	3,3	3,2	3,4	3,4
Minas Gerais	4,0	5,0	4,6	4,4	4,7	4,6
Espírito Santo	4,8	3,7	3,3	3,2	4,6	4,1
Rio de Janeiro	3,2	3,2	3,3	2,9	3,7	3,5
São Paulo	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9	3,0
Região Sul	3,4	3,4	3,4	3,1	3,5	3,6
Paraná	3,8	3,8	3,8	3,7	4,2	4,0

Tabela 14 – Gasto público com educação como % do PIB – 1994 a 1999

(Conclusão)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Santa Catarina	3,9	3,8	3,3	2,7	3,2	3,3
Rio Grande do Sul	3,0	2,9	3,2	2,7	3,1	3,5
Região Centro-Oeste	4,3	4,6	5,2	4,6	5,1	5,5
Mato Grosso do Sul	4,2	4,4	4,7	3,9	5,0	5,7
Mato Grosso	4,2	7,2	6,6	5,9	6,0	6,7
Goiás	2,9	3,9	4,5	4,0	4,2	5,2
Distrito Federal	5,8	4,0	5,5	4,8	5,6	5,0
Nacional	1,4		0,4			0,3

Fonte: IPEA/DISOC; IBGE/MP, Inep/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.
Dados do PIB do IBGE/MP